

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

21.06.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO****21.06.2017**

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da 3ª Legislativa da 18ª Legislatura. Convocada com a finalidade de ouvir o secretário de estado da Fazenda, o Sr. Hércio Tokeshi que irá demonstrar o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2016, assim como do primeiro quadrimestre do exercício de 2017, conforme previsto no parágrafo quarto do artigo nono da Lei Complementar nº 101 de quatro de maio de 2000.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Para solicitar a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Havendo um consenso, está dispensada a leitura da Ata. Em votação. (Pausa.) Aprovado.

Gostaria de registrar a presença dos deputados que fazem parte dessa comissão, o deputado Marco Vinholi, deputado Vaz de Lima, deputado Enio Tatto, deputado Orlando Bolçone, deputado Davi Zaia, deputado Carlão Pignatari, deputado Roberto Moraes que também se encontra presente, deputado líder do governo para abrilhantar também essa comissão, Barros Munhoz, obrigado pela sua presença. E esse presidente em exercício Wellington Moura.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Boa tarde a todos, não faço parte da Comissão, mas estou passando por aqui para cumprir os deputados, os assessores, todo o pessoal da Fazenda, em nome do Hércio Tokeshi, saudá-lo, afinal de contas o Hércio é nascido em Piracicaba, então muito me orgulho tê-lo aqui hoje como secretário da fazenda do estado de São Paulo. Seus pais ali residem, infelizmente perdeu a mãe na semana passada, mas o pai está lá, catedrático da Esalq, então apenas para trazer o abraço ao secretário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - E gostaria, mais uma vez dizer boa tarde ao secretário Hércio Tokeshi, que está aqui presente conosco e irá trazer aqui, demonstrar o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre, do exercício de 2016, muito obrigado secretário pela presença de V. Exa. que se encontra aqui junto conosco nesta comissão, que é de suma importância, não só para essa comissão, como também para a Casa, para todos os deputados que estão aqui presentes e para todos que se encontram aqui presente e gostaria de ouvi-lo. E os deputados que estão aqui para ouvi-lo e fazer algumas perguntas em relação ao tema do artigo que o senhor vai falar. Então obrigado, boa tarde. O senhor tem a palavra.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Boa tarde, deputado Enio Tatto, com a palavra.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os deputados aqui presente, todo o público que está aqui. E eu só pedi a palavra antes dele falar para fazer o pedido de desculpas ao secretário. Na semana passada eu questioneei muito na tribuna a sua não vinda na semana passada. Porque recebemos um e-mail do cancelamento da sua vinda, puro e simplesmente. E não fomos informados de uma fatalidade que ocorreu na sua família. E eu, como humano, cristão, acho que cometi injustiça de pegar pesado, de cobrar sua presença, porque que foi cancelado sua vinda para cá. Então queria, publicamente, como falei, publicamente, pedir desculpa, ficamos

sabendo dessa fatalidade da perda da sua mãe apenas em plenário, avisado pelo líder do PSDB. Então só queria pedir desculpas por aquilo que eu falei em plenário. Minhas condolências e solidariedade a toda sua família e ao senhor.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Pela ordem, seu presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Vaz de Lima.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Queria dizer que as palavras do deputado Enio Tatto me emocionam. A gente vive aqui com tanta dificuldade, discutindo ideias, muitas vezes o calor da emoção acaba falando mais alto. E uma atitude como essa de V. Exa. o enobrece muito perante todos nós. Vossa Excelência é uma pessoa firme, aguerrida nas posições, mas todos nós sabemos dessa sua formação religiosa, cristã, familiar acima de tudo, muito grande. Então uma expressão dessa, assim, tão publicamente, eleva muito o caráter de Vossa Excelência. Por quê? Porque infelizmente na vida, acontece o contrário, as pessoas querem denigrir as outras pessoas publicamente e depois querem, no privado, pedir desculpas. Vossa Excelência vai na contramão disso, eu quero cumprimentá-lo e elogiá-lo. E, ao mesmo tempo, deixar um abraço, Tokeshi, falei para o deputado na hora: “olha, não é bem assim, o secretário está com um problema dessa natureza”, na hora ele já pediu desculpa em plenário e está fazendo aqui perante V. Exa., para mostrar como nós aqui discutimos ideias, conceitos, temos direito de fazer isso. Cada um que tem um posicionamento tem de fazer isso porque foi eleito para isso.

E eu tenho dito sempre aqui, o deputado Enio Tatto é oposição, e o papel dele é cumprir democraticamente essa situação, mas é capaz de ter gestos de grandeza como esse. Abraço, amigo, parabéns.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então com a palavra, o secretário Dr. Hécio Tokeshi, fique à vontade, por gentileza. Obrigado, mais uma vez pela presença do senhor. E também todas as minhas condolências com respeito a perda da família.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Boa tarde a todas, todos, deputado Wellington Moura aqui na presidência, obrigado pela gentil recepção. Demais Srs. Deputados, membros da Assembleia público em geral.

Eu já venho com uma certa alegria aqui, na Assembleia para estas reuniões, esta é a segunda. Porque eu acho que na função de secretário da fazenda, existem poucas coisas mais nobres a serem feitas do que prestar contas à população naquilo que é a gestão fiscal e financeira do estado, através dessas reuniões. É um rito. As instituições não vivem dos seus nomes ou das suas regras, elas vivem e são vivas na medida em que elas são capazes de cumprir ritos, uma certa rotina. E fazer isso numa democracia, felizmente, transparente, aberta e com a devida transparência que a sociedade merece, e que permite um bom debate.

Mas deputado Enio Tatto, vou confessar aqui que fiquei até emocionado. Porque no dia a dia nosso, infelizmente os jornais não são a leitura mais agradável, ultimamente. E apesar de eu ser intrinsicamente otimista, os últimos tempos, não está fácil manter esse otimismo. Mas pode cumprir o meu pequeno papel de fazer o rito de vir aqui prestar contas, debater e explicar aquilo que está sendo feito. Mas também ver que nesta Casa há gente com espírito público e que consegue fazer a discussão, mantendo ela no campo das ideias e das propostas, mas respeitando os indivíduos e as pessoas, me deixa mais otimista e serve de contraponto importante ao pessimismo que vem do dia a dia da leitura dos jornais. Então queria agradecer muito.

E pedir desculpas da minha parte. Porque na confusão ali da semana passada, infelizmente o e-mail, eu não instruí direito, veio um comunicado muito seco. Um pouco por reserva, por questão particular, eu achava que não era o caso de usar como justificativa. Mas causou confusão, peço desculpas por isso e agradeço muito a tua fala.

Indo para as contas. Até por causa do atraso, da nomeação das novas lideranças, as comissões e tudo, nós acabamos tendo um acavalamento aqui, então entendo que eu devo prestar contas do fechamento do ano passado e já indicar um pouco como estão indo as contas neste primeiro quadrimestre de 2017, que o tempo felizmente passe.

Então com relação a 16, eu vou fazer bastante sintético porque já foi e é o que já aconteceu e nós não vamos poder concertar muito daquilo que aconteceu no ano passado. Mas, felizmente não há o que concertar no geral. Então a primeira página, já para dizer, sob o balanço orçamentário. Nós tivemos um ano duro, as receitas, do ponto de vista, teve um pequeno crescimento nominal, do ponto de vista real houve queda, mas em um esforço constante, que já vem há vários anos, porque infelizmente a crise no

país também continua muitos anos, nós tivemos um razoável equilíbrio, do ponto de vista orçamentário houve um pequeno déficit orçamentário de 643 milhões, mas da mesma forma que nos anos anteriores, nós temos mantido, temos conseguido fazer a despesa acompanhar a trajetória da receita. Infelizmente a trajetória de receita é de queda, então nós tivemos que fazer várias medidas para redução de despesas, elas continuam sendo feitas, e foi isso que permitiu esse equilíbrio.

Quando a gente olha o resultado primário, vemos que a gente manteve a tradição do estado de São Paulo, de conseguir fazer um resultado primário que, no fundo, é simplesmente uma conta na qual a gente pega as receitas e as despesas, menos a parte financeira, para ver se a gente continua gerando capacidade de ter um pouco de sobra para pagar o juros. É como se uma família, a gente tem o orçamento, tem um pouco de dívida no cartão de crédito, a gente tem que, não só pagar as contas, como ainda pagar o juros do cartão, no mínimo, para poder rolar. É isso que esse resultado primário de um bi e meio está representando. Nós conseguimos, nós temos dívida, um estado deve ter dívida, porque um estado faz investimentos e os investimentos têm retorno a longo prazo, faz sentido um ente estatal, um governo de estado ter dívida, assim como o país deve ter dívida também, porque ele está usando essa... Desde que use essa dívida, não para financiar a farra com gasto corrente, mas para financiar investimento que demora tempo para maturar, e que vai ter que ser pago ao longo do tempo com amortização e juros dessa dívida. É isso que o resultado primário de 2016 mostra, nós continuamos tendo a capacidade de gerar um pouco de superávit primário para poder fazer frente às nossas necessidades de pagamento de dívida.

Por falar em dívida, então nós temos o próximo quadro, onde temos a posição do nosso estoque de dívida. Houve a dívida consolidada, líquida do estado de São Paulo, é relativamente alta, são 175% da nossa receita corrente líquida, ou seja, tomando a receita corrente líquida como um parâmetro, nossa capacidade de geração de receita ano a ano, temos uma dívida que é quase o dobro da receita anual. O limite máximo permitido pela lei de responsabilidade fiscal é de 200%, nós estamos com 175,5%. É alto, mas é gerenciável e tem sido gerenciado nesse patamar relativamente alto há muito tempo pelo estado de São Paulo com prudência, com razoabilidade, mas a contrapartida desse nível de endividamento, é o que a gente vê quando a gente pega uma estrada boa para ir para o interior, quando a gente anda de metrô aqui na capital, quando a gente tem uma infraestrutura, nossos hospitais, enfim, toda a infraestrutura do estado que é decorrente dos investimentos dessa dívida. Está dívida no ano passado, o grosso dela é

como governo federal, então na hora que você vai na parte de cima da tabela e vê lá os 256 bilhões de dívida contratual, 223, desses 256 são dívida com o governo federal.

A próxima página é a mesma visão de dívida com uma coisa acrescentada que é a receita das privatizações desde 99, senão me engano. Isso aqui só mostra, essa posição de dívida, com uma outra ótica, mas que do ponto de vista financeiro eu mesmo, apesar da formação de economista, tenho dificuldade de entender por que ficou, faz-se a conta dessa forma. O que importa aqui é o finalzinho. A gente tinha uma meta na LDO de 28 bilhões de resultado nominal, quanto maior pior, nós fizemos menos, nós fizemos 11.

Na próxima página, as despesas de pessoal, outro limite prudencial importante da Lei de Responsabilidade Fiscal, olhando ali na última coluna, o total das despesas de pessoal, feita as devidas deduções, deu 65 bilhões de reais, que corresponde a 46,4% da receita corrente líquida. O limite prudencial é 46,55, o limite máximo, 49. Estamos abaixo do limite prudencial, mas, de fato, não muito longe dele. O fato de que a receita corrente líquida caiu, a nossa folha, apesar de, infelizmente, termos tido que segurar os salários e já estamos entrando no quarto ano sem reajuste de salários, a folha tem um crescimento natural, vegetativo e isso vai pressionando... Olá, deputado Massafera, obrigado pela presença. Faz com que a gente chegue perto desse limite com relação as despesas de pessoal. Havendo recuperação, a gente volta a ter folga e pode ter um pouco mais de espaço, mas este é um limite que está de fato apertado.

Na próxima página a gente vê um gráfico, onde as barras azuis são o nosso limite, a despesa de pessoal, mas encargos em relação a receita corrente líquida, o nível prudencial é o primeiro tracejado embaixo, o limite máximo do executivo. Aqui está mostrado também como é que nós estamos do ponto de vista do limite para todos os poderes, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa um limite máximo, o conjunto dos poderes do governo, do estado. Nesse, nós estamos com 54,23% de despesa de pessoal em relação a receita corrente líquida. O limite máximo é de 60%. Na próxima página, outro limite que tem que ser respeitado da Lei e Responsabilidade Fiscal, que é o de garantias. Aqui nós temos uma situação bem mais tranquila, o nosso comprometimento com garantias para os empréstimos e as dívidas que o estado tem é 3,02%, o limite máximo é muito mais elevado do que isso. Então apesar do nosso relativamente alto nível de endividamento, nós, do ponto de vista do uso de garantias, não temos um estoque muito grande de garantias comprometidas.

A contrapartida dessa dívida são os empréstimos e é importante notar que apesar da situação, no ano de 16, a gente teve, por operações de crédito já contratadas, o desembolso de quase cinco bilhões de reais nessas diversas operações aqui listadas, as internas são em reais, as externas são financiamentos que a gente tomou em moeda estrangeira. Então essa é uma boa notícia. Apesar da crise, o estado manteve um programa de investimentos muito importante, com várias obras, aqui não tem nada que você bata o olho e fala: “isso daqui não é importante”, não, aqui é tudo importante. São todas obras que fazem diferença para o nosso estado. O grosso está concentrado na área de logística, que é um diferencial competitivo do estado de São Paulo. A gente cansa de ver e conversar com empresas que acabam escolhendo estarem localizadas aqui em São Paulo, porque aqui as estradas funcionam, aqui você consegue escoar produção, aqui você consegue receber mercadoria, aqui você consegue fazer a sua empresa funcionar. A logística do estado de São Paulo é um fator importante do nosso desenvolvimento, sempre foi e é importante que a gente consiga mantê-la acompanhando o nível de desenvolvimento do estado.

Aqui na próxima página a gente vê a comparação de 15 para 16, e como eu tinha dito, as receitas correntes e um pequeno crescimento nominal, mas as totais, quando a gente põe as despesas, receitas de capital, há uma queda. A queda nas receitas de capital a gente já tinha operações de crédito contratadas, a página anterior, porque as obras foram andando e a gente foi desembolsando. Mas houve uma restrição no ano passado, por parte do governo federal na extensão de novas garantias e contratação de novas operações de crédito, isso está refletido aqui nas receitas de capital que caíram bastante. E em 2015, na comparação de 2015, o estado de São Paulo inovando, fez uma operação de securitização e recebíveis de impostos que aumentou um pouco as nossas receitas de capital em 15, então a comparação de 16 com 15, como em 16 nós não fizemos nenhuma dessas operações, então teve uma queda maior nas receitas de capital.

E quando você olha aqui nas despesas de capital aparece, claramente, a gente manteve os investimentos e teve uma pequena queda nominal, só 0,4%, o grosso da queda, das despesas de capital foi a amortização de dívida. No ano passado, é bom lembrar, houve uma negociação de todos os governadores com o governo federal, e saiu a Lei Complementar nº 156, houve um abatimento, uma redução e um alongamento da dívida dos estados com o governo federal, isso é o que explica a queda de 42% nas amortizações de dívida que a gente teve ano passado, foi um alívio importante para o nosso caixa.

Só para ilustrar bem, aqui a gente vê os investimentos totais do setor público, governo do estado de São Paulo, ao longo da última década. E dá para ver que isso eu acho grande mérito do nosso estado e do nosso governador que no meio dessa imensa recessão, onde tem estado que não está pagando folha, está com atraso na folha, nós... Quando alguém, qualquer ente, empresa, governo, começa a não pagar folha é porque há muito tempo deixou de pagar fornecedor e há muito tempo deixou de fazer investimento, e tá atrasado com o banco. São Paulo não atrasou com nenhum banco, não atrasou com nenhum fornecedor, está com a folha em dia, pagando sem nenhum atraso e manteve esse patamar de investimento que está aí aparecendo no gráfico com um nível alto de investimento. Isso é muito importante, não só do ponto de vista das contas públicas, como da atividade econômica. Porque se a gente tivesse tido uma desaceleração grande nesse investimento, isso é emprego no canteiro do rodanel, gente trabalhando na obra do metrô, da CPTM, isso aqui foi um componente importante da manutenção do nível de atividade no estado. Óbvio que caiu, como caiu para todo mundo, mas teria caído muito mais. Então ter mantido esse nível de investimento que é em obra, que é emprego na veia, foi muito importante, é um grande feito do estado no contexto da crise que nós estamos vivendo.

Isso era o que eu tinha para apresentar com relação a 2016. Sr. Presidente, talvez seja o caso de ver se tem alguma pergunta com relação a 16, antes de passarmos para a 17, imagino eu.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Vamos abrir as inscrições para o relatório de 2016. Algum deputado gostaria de falar sobre o relatório de 2016? Deputado Enio Tatto...

O SR. - ...só questão e ordem. Vamos sugerir que nós façamos ao final da apresentação de 17 também. Fazermos uma discussão única. Se o secretário não se opor.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Para mim não há problema não. É um consenso de todos? Perfeito. Então, secretário, o senhor pode dar continuidade, por gentileza. Depois todos os deputados entram nas suas perguntas.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Ótimo. Então já entrando em 17, primeiro quadrimestre de 2017, aqui eu vou entrar com um pouco mais de detalhe, acho até

porque estamos no meio da execução orçamentária e aqui é importante a gente ver como estamos caminhando ao longo desse começo de 17.

Acho que a mensagem mais geral é que assim como... Estamos mantendo a mesma política que já vem dos últimos anos, de bastante prudência e responsabilidade. Não é fácil, principalmente porque quanto mais tempo você fica numa situação de aperto, financeiro, aperto fiscal, as coisas mais óbvias já foram feitas há algum tempo e você ter que continuar fazendo contenção de despesas, de ajuste, quando o fácil já foi feito, nada disso é fácil, mas enfim, fica mais complicado, fica mais complexo. A boa notícia, a mais geral, que está por trás dos números que eu vou apresentar, é que o estado de São Paulo... Isso aqui não é acaso, não é uma coincidência. Quatro anos seguidos de ajuste na maior recessão que o país já enfrentou no século, nos últimos 100 anos, não é algo que você faça sem ter ferramenta, sem ter instrumentos. E o estado de São Paulo acumulou ao longo das últimas décadas várias ferramentas e instrumentos que permitem que a gente faça essa redução de despesas e contenção de gastos, mas de maneira responsável. Porque se tivesse sido feito de maneira afoita e grosseira, alguma hora a despesa aparece, porque você não cortou algo que dava para cortar, você cortou algo que ou a despesa aparece, ou aparece pior do que isso, a deterioração do serviço. E o estado tem conseguido manter o patamar de serviços e prestação e os dos investimentos, segurando as despesas do jeito que está segurança até agora.

Então entrando agora nos quadros, vou cobrir quatro blocos, as receitas, as despesas, mostrar os resultados fiscais, globais, e aí passar pelos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para fechar. Do ponto de vista de receitas, no primeiro quadrimestre, aqui tem uma boa notícia. As receitas correntes apresentaram um pequeno crescimento nominal do ponto de vista real, isso, infelizmente, ainda não é um crescimento real, mas 2.2% de crescimento das receitas correntes. As receitas de capital ainda refletindo a contenção de crédito também tem uma queda, mesmo em relação a 16, que já era um número mais baixo. E além disso houve uma pequena queda, ou melhor, um crescimento nominal baixo, das receitas de contribuições, mais do ponto de vista real, uma das quedas reais mais importantes. Isso aqui está diretamente ligado à nossa folha de pessoal, como nós seguramos, tivemos que segurar salários, aí essas receitas de contribuições que são relacionadas com a nossa folha de pessoal, também apresentar uma queda real, a receita patrimonial aqui é porque a gente... Desculpa, eu quero falar das demais receitas correntes, que tem a queda maior. Aqui são coisas bem pontuais, mas específicas. No caso dessa queda de 17%, em termos reais, houve o fim

do contrato da Furp, de remédios com a Novartis que gerava receita pra gente, o Butantã também tinha um contrato de vacinas que expirou. É basicamente isso.

Quando a gente olha o carro chefe das nossas receitas que são os nossos impostos, aí vamos para o ICMS. E aqui aparece bem dois efeitos, um de médio prazo que é a recessão, mas um outro que eu acho que esse é mais estrutural, importante, que é uma queda paulatina, mas constante da nossa receita de ICMS com indústria. E, de fato, isso reflete a desindustrialização do estado. Um na linha verde, os preços administrados, que apesar das tendências de realismo tarifário em Telecom, energia elétrica, por parte do governo federal, também apresentaram queda. E aqui, de fato, a queda tem um pouco a ver com a crise bastante a ver com a mudança dos padrões de consumo e comportamento das pessoas. Então, por exemplo, em telecomunicações, quando as pessoas usam mais o WhatsApp do que o usam o telefone para fazer ligação, a ligação tem uma taxa de imposto, uma carga efetiva maior do que o pacote de dados. E em telecomunicações nós estamos vendo isso acontecer de maneira quase galopante. É a mudança dos hábitos, é a tecnologia avançando.

Em energia elétrica a gente tem redução de consumo e novas regras tarifárias, que também explicam um pouco disso. E combustíveis, aqui, teve muito do efeito da gasolina, álcool, as pessoas andaram menos de carro, viajaram menos, o caminhão andou menos com carga, enfim, não teve jeito.

A única parte onde a gente vê algum crescimento ao longo desse período mais longo, é comércio e serviços. E, infelizmente, isso é a realidade também não só da estrutura do estado ficando mais pesada em serviços do que indústria, mas é também o nosso esforço de cobrar mais impostos na área de comércio e serviços, porque não tem milagre, se a gente quer ter hospital, que ter estrada, quer ter escola, quer ter a polícia, a gente tem que ter o orçamento que a gente tem, vai ter que arrecadar de algum jeito porque nós, como sociedade, vamos ter que continuar fazendo essas vaquinha para pagar as nossas despesas. E nós estamos aumentando a arrecadação em comércio e serviços para tentar compensar as outras quedas. Não estamos aumentando a carga, isso é importante dizer, o que a gente tem feito são algumas revisões de benefícios, em alguns casos, mas é bem pontual, bebida e cigarros, aumentamos efetivamente a carga, mas estamos tentando melhorar a fiscalização, cobrança e assim por diante.

Entrando no detalhe das receitas de capital, então aqui aparece claramente a aqueda nas operações de crédito. Em 2017 a boa notícia de que estamos conseguindo executar algumas das operações, então na alienação de bens, algumas vendas estão

gerando esse aumento de receita, e cair na grande queda da amortização dos empréstimos por conta do acordo com o governo federal.

As transferências de capital, deixa eu pegar aqui minha colinha, já não lembro o que é. Vou ficar devendo, depois eu peço aqui para a assessoria, não lembro mais a explicação da queda nas transferências de capital. A queda em outras receitas de capital foram depósitos judiciais que foram elevados em 16, a gente não teve o mesmo comportamento agora no começo de 17.

Despesas, aqui aparece, de maneira mais explícita, esse exercício de prudência. Tínhamos, de acordo com o orçamento, uma dotação inicial de 206 bilhões e 400 milhões, fizemos, já do início do ano, um contingenciamento de quase cinco bilhões, o que deixou uma dotação efetiva de 201 bilhões. E aí a execução o que já vem sendo empenhado, do que já foi liquidado e do que já foi pago ao longo do primeiro quadrimestre. Infelizmente isso é a nossa realidade, é melhor você entrar o ano com uma certa prudência, fazendo o contingenciamento para poder, eventualmente, se as notícias não forem tão ruins, mais para o final do ano liberar um pouco de recursos.

Quando foi feita essa discussão de contingenciamento, logo na virada do ano, algumas pessoas acharam que a gente estava tendo excesso de prudência. E esse contingenciamento foi feito com uma premissa que a gente não teria crescimento nenhum do PIB, o parâmetro foi basicamente isso, a gente previu um PIB zero e em função disso falamos, se o PIB foi zero, a receita vai ser um pouco menor do que está no orçamento e a gente vai precisar então cortar um pouco a despesa. Em dezembro, janeiro, já tinha muita gente dizendo: “não, esse ano vai ter recuperação econômica, a gente vai ter um pouco mais de crescimento, PIB zero é um pouco pessimista demais”. Infelizmente, nesse caso, a prudência está se mostrando que foi certa. Porque a gente teve as últimas surpresas do último mês e se a gente tiver PIB zero este ano, a gente deve se considerar sortudo, acho que essa é a nova realidade, a recuperação que vinha acontecendo, que a gente ainda tinha alguns sinais, está com muita dificuldade de se materializar. Então esse contingenciamento que foi feito no começo do ano, provavelmente era o necessário.

Por outro lado, do ponto de vista da execução do orçamento, isso deu muito mais previsibilidade, porque ao contrário de outros estados ou mesmo do governo federal, aqui o orçamento é de verdade, as pessoas conseguem se planejar em cima do orçamento, então as diversas secretarias, os diversos programas já entraram no ano sabendo que o dinheiro é um pouco mais curto, programaram o gasto naquele patamar,

mas a gente entrega esse patamar, se está no orçamento, está autorizado, vai ter confiança de que pode executar. É mais difícil porque você já tem que no começo do ano aceitar que vai ser um pouco mais apertado, mas por outro lado eu acho melhor do ponto de vista da qualidade do gasto, que não tem variações grandes, não tem sobressaltos, a execução fica mais bem programada.

Entrando um pouquinho mais em detalhes, a gente abrindo as despesas totais, vê de novo no juros, encargos da dívida, o efeito grande da redução da dívida com... Do juros e amortizações do governo federal. Vemos, claramente aqui a preservação do investimento, que a gente continua fazendo e mantendo as obras e as operações funcionando, e redução da parte mais financeira das nossas despesas de capital.

Olhando especificamente os investimentos, está aí aquilo que é um pouco de crescimento, inclusive real, e redução na rubrica de inversões financeiras primárias. Isso daqui, essas inversões financeiras primárias, para traduzir, é o dinheiro que a gente transfere para as empresas estatais fazerem investimento quando a gente tem operação de crédito. Como a gente teve do final do ano passado, dos últimos anos, o governo federal segurando novas operações de crédito, isso acaba aparecendo aqui nessas tais inversões financeiras primárias que é o dinheiro que a gente transfere para as estatais fazerem investimentos. Como não tem crédito, a gente não tem o que transferir para elas. Mesmo assim o que isso significa? Que nós estamos mantendo este patamar alto de investimentos usando tesouro, para não parar obra, nós estamos usando tesouro, arrecadação, dinheiro nosso mesmo, não dívida.

Aqui simplesmente repete aquele gráfico que eu mostrei para 16, mas olhando aqui não o total do ano, mas o quadrimestre, os dados de investimento do primeiro quadrimestre de 17, comparado com o mesmo quadrimestre nos outros anos, que aqui também está, a nossa capacidade de manter o patamar de investimento apesar da crise.

Entrando na comparação das receitas com as despesas, aparece aqui o balanço orçamentário de 17, aqui é importante lembrar que existe, no estado de São Paulo, um descompasso entre receitas e despesas, o comportamento ao longo do ano. No primeiro quadrimestre a gente tem muita arrecadação de IPVA, que a gente tem que deixar guardada porque depois, no resto do ano não tem. E é este colchão que a gente forma no primeiro quadrimestre que a gente vai diluindo ao longo do resto do ano para poder fechar o ano tudo equilibrado. Então aqui, assim como num bom orçamento familiar, a gente não olha o mês, só, a gente olha o ano e um período de alguns anos também para

manter o equilíbrio no tempo. Não adianta entrar uma bolada no mês, a gente ir lá nas Casas Bahia comprar um monte de coisa e depois falta em dezembro.

Então o balanço orçamentário do primeiro quadrimestre de 17 comparado com o que é esse mesmo balanço orçamentário nos últimos anos, todos sempre vão mostrar esse espaço maior entre as receitas e as despesas no começo do ano, mas é esse padrão de sazonalidade, de comportamento que a gente tem, principalmente, das nossas receitas, mas a gente tem que guardar esse dinheiro para poder chegar bem no final do ano.

Isso também aparece aqui no resultado primário, fica aparecendo esse numerão de superávit primário no quadrimestre de 9.8 bilhões, mas lembrando que a meta não é essa para este ano, a nossa meta de superávit primário para o ano, como um todo, é de 194 milhões, apenas. Então houve uma decisão consciente de mirar o fechamento do ano, onde nós vamos, efetivamente, economizar relativamente pouco do dinheiro para pagamento de juros, nós vamos deixar o estoque de dívida aumentar um pouco, isso é uma decisão consciente porque a gente quer que a economia se recupera e a intenção é este ano ter pouco menos de superávit primário para, justamente, ter um orçamento que, no contexto não é um orçamento irresponsável, mas é um orçamento com pouco menos de contenção, que é para o estado tentar ajudar na recuperação da economia.

Quando a gente olha aqui o gráfico comparando os diversos anos. Como aqui sempre há essa diferença, por causa da sazonalidade que eu expliquei, de entrar muito IPVA no começo do ano, então este ano o patamar de resultado primário não está muito diferente daquilo que a gente vem observando em outros anos. Agora a meta de superávit que a gente está perseguindo para o fechamento de 2017 será sim menor, está menor do que a meta que foi fixada... Não é até agora, a gente quer, no final do ano, terminar com um resultado primário bem baixinho, que é para ter tido estímulo para economia. Como eu tinha dito antes esta... Pula, por favor, vamos para a página da dívida que é a relevante. Essa do resultado nominal é simplesmente a combinação com...

A posição de dívida não mudou muito. Quando a gente vê a dívida consolidada líquida, a gente fechou 16 com 175,5, estamos aqui fechando o primeiro quadrimestre com 174,2% de dívida consolidada líquida em relação a receita corrente líquida. Mesma história que estava dito antes. Passa para a próxima página, por favor. Aí no gráfico fica mais fácil de ver. Passamos sim por um período antes de 2005, em, que estávamos, do ponto de vista dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, com um nível de

endividamento que aí já pode começar a ser considerado excessivo, todo o ajuste fiscal dos últimos anos, desde 2005 aqui no estado de São Paulo, nos permitiu reduzir este patamar de dívida, agora no meio de uma crise seria difícil você não ver a dívida subir um pouco de nível, mas a gente ainda está abaixo do limite máximo e gerenciando esse estoque todo de dívida de maneira responsável.

Entrar nas despesas, despesa pessoal, não tem nenhuma coisa que salte aqui. Infelizmente nessa parte nós continuamos tendo que segurar salários. É uma parte muito grande do nosso orçamento, não só dos ativos, mas também dos aposentados. Dado o aumento da folha de aposentados hoje é quase que igual ao que a gente tem de folha para pagamento dos funcionários ativos, 33% da receita corrente líquida e 30, quase 31% para a folha de aposentadoria. E isto é um item muito pesado no total das despesas do estado. Do ponto de vista de limites, a gente continua respeitando o limite prudencial e tem essa gestão que enquanto não houver aumento significativo de receitas, este é um limite que nós vamos sempre ter que ficar prestando atenção, porque é o que tem mais risco da gente ultrapassar.

Na próxima página a gente tem a evolução em relação aos limites, o executivo e os demais poderes, esse comportamento a gente já tinha visto com relação a 16, aqui a gente está vendo a comparação do primeiro quadrimestre de 17, com iguais quadrimestres de anos anteriores.

Quase no final. Com relação as garantias não têm nenhuma mudança significativa, como nós não tomamos nenhum novo empréstimo, continuamos bastante abaixo no uso dos nossos limites de garantias. Essa é uma dimensão na qual nós não temos nenhuma preocupação. E no primeiro quadrimestre, mantivemos o mesmo padrão do ponto de vista das operações de crédito. A gente continuou conseguindo executar os investimentos e o dinheiro, uma parte importante desses investimentos, aparece aqui nas operações de crédito com os desembolsos que a gente está conseguindo manter, no primeiro quadrimestre isso foi um bilhão de reais. Com relação a 17 era isso que eu tinha para apresentar. Fico à disposição e curioso com as perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, secretário. Vamos abrir as inscrições. Aliás, estão inscritos, deputado Enio Tatto, deputado Orlando Bolçone, deputado Jorge Caruso, deputado Marco Vinholi também, deputado Teonilio Barba. Quero registrar a presença do deputado Jorge Caruso,

deputado Teonilio Barba e deputado Roberto Tripoli que se encontram presentes também nesta comissão.

Deputado Enio Tatto só tem 15 minutos pelos termos regimentais. Fique à vontade.

O SR. - 15 minutos?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pelos termos são 15 minutos. Com secretário são 15 minutos.

O SR. ENIO TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente, cumprimentar o secretário mais uma vez, todos os membros da Comissão e todos os presentes aqui. Primeiro, Sr. Presidente, queria propor aqui, fazer um pedido, não sei se já tem esse acordo, mas que abrisse um espaço, aproveitando a vinda do secretário, para o Leandro Ferro, do Sinafresp, para que o secretário pudesse ouvi-los, que são os representantes que já estão há mais de um mês aqui na Assembleia Legislativa, reivindicando a sua justa reivindicação sobre a PEC 05, que trata do teto do funcionalismo público do estado de São Paulo. Então que se abrisse um espaço para eles, acho que seria importante ouvi-los também. E um outro espaço, eu queria pedir que fosse aberto para o professor Paulo César da Unicamp, que também está presente, e ele é representante dos Fóruns das Seis. Pelo menos quando eu era da Comissão de Finanças e Orçamento, nas audiências públicas sempre estiveram presentes, e que tivesse um espaço para poder colocar suas reivindicações, dialogar com o secretário e com a Comissão aqui de Finanças e Orçamento.

Seu presidente, começando, estou olhando aqui a previsão orçamentária e o arrecadado, e eu fui da Comissão de Finanças no passado, nos últimos quatro anos eu não participei. Inclusive eu lembro, deputado Vaz de Lima, do secretário Mauro Ricardo que era o secretário que tirava leite de pedra. Talvez sobrou pouco para os secretários subsequentes para arrancar tanto dinheiro. Tanto é que ele saiu daqui, foi para a Bahia, foi para o Paraná, em todo lugar ele deixou a sua marca. E a arrecadação aqui era impressionante como crescia. Ele fazia de tudo.

Estou percebendo aqui que eu acho que isso é um negócio imperdoável, questão de má gestão mesmo. Até 2013, era razoável a previsão orçamentária de arrecadação. Em 2014, a previsão de todas as receitas era de 189 bilhões, caiu para 185, três, quatro

bilhões a menos. 2015 aí é um negócio que não dá para imagina, a previsão orçamentária de 204 bilhões, 205, praticamente, arrecadou 192, 193. 2016, de 207, caiu para 191. Sabendo de todo o aspecto político que tinha da derrota do Aécio, que ele não aceitou e foi para a justiça, e depois do acordo que ele fez com o Eduardo Cunha e ganhou as pautas bombas, já dava para prever que o país ia passar por uma crise, já está em começo de crise, que essa crise ia se aprofundar.

Porque esse otimismo dessa arrecadação para dar uma diferença enorme, é coisa de 12 bilhões em 2015, a menos, e 15 bilhões em 2016. Eu não estou nem fazendo o levantamento, talvez V. Exa. já poderia colocar, de quanto vai se arrecadar a menos desse ano, diante da previsão que foi feita pela estado. Ou o governo do estado sentou muito com Paulo Skaf da Fiesp, que tinha um otimismo enorme assim que tirasse o governo do PT e da Dilma, que tudo ia melhorar. E hoje o estado que está pagando o pato, a população que paga o pato. Então é um erro grosseiro, é muito diferença. Sabemos que nós tínhamos um ambiente político que ia afetar a economia, como está afetando agora e cada dia mais profundo. Mas eu vos pergunto, presidente, que foi elaborado pela nossa competente assessoria.

Primeira pergunta, diante dos efeitos da crise econômica, quais medidas foram tomadas pelo governo estadual para impedir a contínua deteriorização da arrecadação? Qual o impacto dos desvios do Tribunal de Impostos e Taxas, o TIT, divulgados pela imprensa na arrecadação estadual?

Só lembrando de uma ação, eu fiz diversos pronunciamentos, e fiz requerimentos de informação, mas eu não tive ainda, de uma ação da Revap em São José dos Campos, que foi delatado por um delator da Lava Jato, evaporou, simplesmente foi perdoado em uma ação 230 milhões, tudo porque foi contratado um escritório de advocacia e um dos donos trabalhava no TIT. E em um acordo com o pagamento de três milhões de propina, foi perdoado uma dívida de 230 milhões de um fato lá na Revap, de uma obra, de um consórcio, que não recolheu o ICMS e teve movimentação de mercadoria. E a fazenda cobrou esse semestre com juros e multa, dava 230 milhões. E depois dessa assessoria desse escritório tão competente, foi anistiado, foi evaporado, foi perdoado com pagamento de três milhões de propina, isso já veio (ininteligível).

Querias perguntas, esse TIT, qual que a Secretaria da Fazenda tem de controle? Se esse foi um caso isolado ou se tem muitos casos como esse e continuam, talvez, acontecendo, e que é perdoado e é jogado pelo ralo a arrecadação de tributos e taxas do estado de São Paulo.

Segunda pergunta, Sr. Presidente, a respeito da negociação da dívida, qual a razão da economia orçamentária ter sido bem superior? Essa economia superior teria alguma relação com o não pagamento integral das parcelas da dívida com a união entre abril e junho de 2016, quando o estado de São Paulo entrou com ação no Supremo Tribunal Federal, juntamente com outros estados, questionando a incidência de juros compostos no cálculo de correção da dívida pública? O questionamento do contrato da dívida pública do estado de São Paulo com a União, teria cumprido o papel importante no ajuste fiscal?

Lembrar também que o estado de São Paulo teve um benefício, não tanto como a prefeitura, mas também teve, daquela dívida que foi negociada na época do Fernando Haddad, com os municípios que contribuíram e ajudaram os estados, a maioria dos estados da União.

Terceira pergunta. Como o estado não apresenta um plano de investimento anual de forma transparente, o secretário poderia informar quais as principais áreas e obras importantes que foram atingidos por esses cortes? Que foram muitas obras que foram cortadas.

Quarta pergunta, mais ligada a Secretaria da Fazenda, qual o número real de funcionários comissionados exercendo essas funções? Na Secretaria da Fazenda. Quais as funções desempenhadas por esses funcionários? Qual o gasto anual com esses cargos comissionados? Quais medidas serão tomadas para a correção desses problemas? Estão previstos novos concursos públicos para atender essas demandas? Faltou introdução, que tem uma denúncia, acho que do Ministério Público, que a Secretaria da Fazenda tem pelo menos mil cargos comissionados e a secretaria coloca que são apenas 219. Qual é a distorção que tem? Qual é a confusão que tem? E quais as soluções? E, como já li aqui a pergunta, se está previsto os novos concursos públicos para atender as demandas das necessidades da Secretaria da Fazenda e do estado também.

E a última pergunta que eu tenho é a respeito dos investimentos. O Governo do Estado de São Paulo diminuiu os investimentos das empresas estatais, no metrô, na Sabesp e no CDHU, principalmente nesse primeiro quarto quadrimestre. Só que não diminuiu e manteve os investimentos em empresas ligadas a Lava Jato. E nós temos aqui fatos concretos, por exemplo, o governo do estado não diminuiu os investimentos, aliás, transferiu receitas de dinheiro, tirou da CPTM e colocou no Dersa. Porque uma das prioridades do governo do estado é concluir, até o ano que vem, ou 2020, as obras da Tamoios. E também tirou dinheiro da linha seis e colocou na linha cinco porque na

cabeça do governo do estado de São Paulo, a menina dos olhos é entregar o trecho da linha lilás, tudo por conta das eleições ano que vem. E também não tirou investimentos do monotrilho que liga ao aeroporto de Cumbica. E a gente tem informações, a empresa notificou que essas três obras são obras prioritárias do governo do estado, e a gente sabe porquê. E o questionamento é o seguinte, até questão do primeiro item que eu coloquei, diminuição da arrecadação, é por que que o governo do estado abre tantas frentes de trabalho, tantas obras novas, que se diga a questão da CPTM, do metrô aqui no estado de São Paulo, do monotrilho e hoje se reduz a três obras prioritárias para entregar o ano que vem, provavelmente, para fins políticos.

Então essas são as perguntas iniciais, acho que sobra um pouco de tempo para depois, se eu puder utilizar.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Tem quatro minutos, deputado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Seriam essas as perguntas, presidente, secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Secretário.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Na ordem, deputado, com relação a arrecadação e a deterioração da arrecadação, que de fato houve. Primeiro um esclarecimento...

O SR. ENIO TATTO - PT - ...desculpa, queria fazer uma referência que o secretário assumiu a Secretaria da Fazenda em setembro do ano passado.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Não tem importância. Eu vou tentar responder da melhor maneira possível com a informação que eu tenho com relação as gestões anteriores.

O primeiro esclarecimento, a diferença entre orçamento e arrecadação efetiva, reflete em larga medida no fato de que infelizmente, nos últimos anos, todo o exercício de orçamento foi feito em um contexto onde imaginava-se que a gente ia ter a recessão, mas a recessão sempre veio pior o que você podia prever no começo dos exercícios. Normalmente a gente fecha o orçamento em setembro, outubro, e tem que usar alguma projeção de PIB. Em 14 e 15, foi utilizado projeções que ainda esperava-se já recessão,

mas a recessão sempre veio pior do que o que se imaginava e isso não foi um erro, apenas, da projeção do governo do estado de São Paulo, mas estava refletido em todas as projeções do mercado, pesquisa focos, a gente sempre entrou nos anos com menos pessimismo do que a realidade acabou nos entregando.

Então essas discrepâncias que o senhor mencionou logo no começo entre projeção no orçamento e depois aquilo que efetivamente se arrecada, infelizmente tem mais a ver com a qualidade, a falta de pessimismo nas projeções, quando a gente fez as leis orçamentárias, do que quando o que acabou acontecendo de fato na economia, que foi sempre pior que a maioria das pessoas poderia imaginar.

Agora, estão sendo feitas e foram feitas ao longo do tempo, medidas para tentar contrapor isso. Eu mencionei que houve aumento de alíquotas para bebidas e cigarros, mas fora esse aumento de carga, a linha que foi adotada foi sempre de não tentar fazer aumento de carga tributária. Já na minha gestão, uma coisa que foi feita de maneira bastante criteriosa, foi reduzir benefícios fiscais. Vários foram mantidos, porque a gente entendeu que eram setores que precisavam de algum alento e algum suporte, ou o benefício ainda fazia sentido, pelo setor ou porque, no contexto de guerra fiscal contra os estados, se a gente tira o benefício, a gente perde emprego, porque as pessoas transferem as fábricas, os negócios para outros estados. Mas onde houve espaço para redução de benefícios, ao invés de aumento imposto, a gente tirou um pouco de benefícios, isso foi uma das medidas adotadas. Além disso, nós estamos o tempo todo procurando melhorar a arrecadação. E mais recentemente, a gente está mudando de maneira estrutural a lógica nossa de arrecadação de atuação na área tributária. Lançamos o programa chamado nos conformes, em que a gente está buscando identificar melhor o contribuinte, o bom pagador, o bom contribuinte e facilitar a vida dele, simplificar as regras para que ele possa aumentar, continuar pagando sem tanta complicação, para que a gente libere recursos vigentes para ir atrás do mau contribuinte, da pessoa que não está pagando e que a gente tem que fiscalizar mais.

Nesse contexto geral de arrecadação e já respondendo aqui à pergunta especificamente sobre o TIT, o caso citado aconteceu muitos anos atrás. Luiz Cláudio, de quando é? De 11 ou 12. Então não tem nenhuma relação com esse comportamento mais recente de arrecadação e foi um caso pontual. A notícia do jornal estava errada, o escritório de advocacia envolvido e mencionado tinha ex-funcionários, não tinha ninguém que estava mais ligado à fazenda. E as pessoas que estavam ligadas à fazenda na época, que tiveram algum envolvimento, houve investigação e houve punição e

afastamento dos poucos... Acho que foi uma pessoa apenas identificada dentro da estrutura, mas foi identificado e foi processado. Essa é a mesma política que sempre se adotou com relação ao TIT.

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas nenhum pouco do dinheiro foi recuperado, foi mantida a decisão do juiz que hoje nem é juiz mais.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Vou pedir para o Luiz Cláudio que é o coordenador da área tributária só complementar um pouquinho, por favor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Na verdade (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, eu gostaria que o senhor usasse o microfone, para ficar registrado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Agradeço a oportunidade. Na verdade, a tese que se baseava o auto de infração era uma tese polêmica, uma zona cinzenta de conflito de incidência entre ICMS e ISS, o que era prestação de serviço, portanto tributado pelo ISS e o que era venda de mercadoria, portanto tributada pelo ICMS. O AFR atuante entendeu que era entrega de equipamento, portanto sujeito ao ICMS e não o ISS. O que aconteceu ali foi que foi construído um módulo da Revap (ininteligível) em que se entrega o módulo inteiro e a operadora Petrobrás liga a chave e há essa discussão jurídica entre o conflito de competência, de incidência, aliás, entre ICMS e ISS.

Os tribunais têm entendido que esse tipo de situação é tributado pelo ISS. Portanto, o auto de infração foi derrubado pelo livre convencimento dos senhores julgadores naquele momento, e no entender dos estudiosos, corretamente. Então não há o que se falar, ou pelo menos não haveria possibilidade de se recuperar esse valor porque o auto foi julgado improcedente. Mas mesmo quem não tivesse sido julgado improcedente, havia grande chance dele ser derrubado no judiciário, porque é esse o entendimento que o judiciário acolhe nesse tipo de situação.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - E deixa eu aproveitar o esclarecimento do Luiz Cláudio para fazer um esclarecimento mais geral sobre a função do TIT. O Tribunal de Impostos e Taxas é uma instituição que faz parte da Secretaria Fazenda, acabou de

comemorar 82 anos. É uma instituição bastante consolidada dentro da estrutura da Secretaria da Fazenda e que eu acho que cumpre uma função importante que é de proteção do contribuinte. Para casos de valores mais importante, onde para não ficar sob completa (ininteligível) de um ou poucos fiscais que acham que houve um pagamento a menos de imposto ou imposto indevido, e um auto que imediatamente o estado possa cobrar sem nenhuma oportunidade de contestação, existe uma instância recursal administrativa que é nas delegacias regionais julgadoras onde o auto sofrerá revisão e poderá ser contestado por parte do contribuinte. E para casos com valores elevados, existe o recurso do próprio TIT, onde não estão apenas agentes do estado, mas há representantes da sociedade, e aí são câmaras julgadoras onde existe a possibilidade do recurso e da discussão da validade ou não que foi o caso dessa situação específica citada pelo deputado.

Então é importante não deixar... Óbvio que nenhuma instituição humana é perfeita, e todas elas nós estamos vendo nos jornais sujeitas a desvios. Mas é importante também saber que existem controles, existe o próprio escrutínio da sociedade em cima dos casos, a jurisprudência - não é bem exatamente jurisprudência - mas os julgados no TIT servem e pautam as decisões que vêm depois do próprio judiciário. Então essa é uma mecânica que já está funcionando há décadas e décadas. Óbvio que é passível de ajustes, como tudo, tanto é que nós enviamos aqui a esta Casa um projeto com algumas melhorias e aperfeiçoamentos que a gente acha importante de fazer nessa instituição, mas acho que é importante caracterizar isso como sendo um caso pontual. Existem controles e a gente exerce esses controles. E quando aparecem suspeitas de desvios, eles são, normalmente, passíveis e sofrem investigação, é a rotina normal nossa de controle no estado.

Isso independe da vontade de um ou outro indivíduo, é um maquinário normal de controle do estado em operação...

O SR. ENIO TATTO - PT - ...só para não passar em nota o tema, deixar bem claro, isso aí logicamente tem requerimento das informações, teve um juiz que foi afastado, esse que atuou no caso, se eu não me engano um nome até parecido, Écio, se não me engano. E esse juiz é acusado de um aumento enorme do patrimônio, fora do limite do salário dele, das remunerações. E esse juiz não atuou só nesse caso, ele atuou em diversos casos lá no TIT. Então essa pergunta, V. Exa. respondeu que é um caso pontual, tomara que seja pontual, mas tenho dúvidas enormes se foi um caso pontual ou

se nesse órgão... Sabe, onde passa um boi, passa uma boiada. Só para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Seu secretário, antes do senhor dar continuidade, só registrar a presença do deputado Hélio Nishimoto e deputado Edmir Chedid, os dois também se encontram presentes aqui nesta comissão.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Com relação a negociação da dívida com a união, eu disse na minha explicação que, de fato, foi um alívio importante. Agora foi feito de maneira uniforme para todos os governos do estado, houve uma lei no congresso e isso aqui faz parte do processo normal de discussão dos estados com a união.

A minha nota está aqui incompleta e agora já perdi... Qual era o ponto especificamente, por favor?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Quer fazer a pergunta? Faça a pergunta completa.

O SR. ENIO TATTO - PT - Qual a razão da economia orçamentária ter sido bem superior nessa negociação? Essa economia superior teria alguma relação com o não pagamento integral das parcelas da dívida com a união entre abril e junho?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Lembrei.

O SR. ENIO TATTO - PT - Está lembrado? Entre abril e junho foi quando o presidente fez toda aquela negociação, obviamente com fins políticos. E beneficiou os estados com uma contrapartida, para ter o apoio para dar no que deu.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Infelizmente, Sr. Deputado, eu vou discordar. O que houve, era uma situação de muita, mas muita dificuldade financeira de vários estados. Eu acho que foi uma decisão necessária para evitar uma crise maior, e mais problemas de atraso de folha de pagamento, de atraso de fornecedores, interrupção de investimentos em outros estados, não no nosso, em que aí outros estados tomaram a iniciativa de entrar com essa liminar, mas tornou-se um movimento nacional de todos os estados reivindicando com o governo federal porque a crise era geral. Ao contrário do

governo federal que pode emitir moeda e tem autonomia de emitir títulos, os governos do estado, dada a lei de responsabilidade fiscal e os controles que a própria união exerce, não fazem isso, não podem fazer isso. Então houve, por conta da liminar, a suspensão em função da liminar, do pagamento durante aqueles meses, para haver a negociação. A negociação foi aberta, transparente, teve que ser sacramentada através de lei, lei complementar, que definiu os parâmetros do que seria esse refinanciamento, esse alongamento das dívidas dos estados com a união.

O estado de São Paulo juntou-se aos demais estados e fez parte da negociação e obteve, ao fim das contas, uma redução menor do que todos os outros estados, porque houve na lei a definição de um limite de redução máxima de 500 milhões no abatimento, nessa redução de dívida, de pagamento de dívida, que se aplicou única e exclusivamente ao estado de São Paulo. Então todos os outros estados se beneficiaram de reduções maiores do que as de São Paulo, nós nos beneficiamos sim de uma redução, mas ela foi menor do que dos outros estados, tudo feito dentro dos parâmetros fixados em lei.

Com relação aos investimentos, de fato houve cortes. Mas o critério foi eminentemente o de preservação de empregos. Quando você tem uma crise muito grande, um aperto fiscal grande, tem que fazer escolhas, é inevitável, você deixa de comprar algumas coisas, você deixa de fazer alguns gastos e se você está fazendo investimentos, tem que escolher. Na questão dos investimentos, o estado fez, o que eu acho, a escolha responsável, direcionamos todos os recursos para os investimentos que já estavam em andamento para não começar canteiro de obra que a gente teria pouca chance de terminar porque ia faltar fôlego financeiro. Onde a gente já tinha canteiro andando, que eram, de fato, já as obras grandes, importantes, rodoanel, metrô, linha da CPTM, trem para a CPTM, a gente está mantendo os investimentos, mas teve que cortar outras coisas. A lógica foi, inclusive, contra o que seria, talvez, um interesse mais político de curto prazo, contra começar obras que poderiam ter um impacto porque você inaugura, vai começar a obra e tal, mas depois para, porque não tem fôlego. Aqui houve corte, mas o critério foi essencialmente esse de vamos preservar os empregos que nós já temos, onde já tem gente trabalhando, o canteiro já está operando.

Isso é que explica porque temos os investimentos sendo mantidos nas obras que estão dadas. Aqui foi o que já estava começado, linha cinco, linha quatro, linha 18 e assim por diante, que a gente priorizou o rodoanel, onde a gente priorizou aquilo que já estava em andamento. Essa situação que o senhor está fazendo menção de Lava Jato,

não tem relação nenhuma. O fato é que são todas obras grandes, seria inevitável que no contexto e da estrutura de indústria de construção no Brasil, que uma obra grande tivesse envolvimento de empreiteiras de grande porte, a realidade, infelizmente, é de que várias delas estiveram envolvidas. Mas é bom frisar que nas obras aqui do governo do estado de São Paulo não há nenhuma... Elas não são alvos direto dessas principais investigações dos desvios, mas de fato temos contratos em algumas situações onde alguma dessas empresas têm envolvimento. O caso específico da linha seis que o senhor citou, que infelizmente nós não estamos conseguindo dar seguimento, é porque de fato tem empresas da Lava Jato envolvidas, mas aí não é um problema nosso, porque da nossa parte, nós adoraríamos poder colocar esse contrato em execução.

Mas dada a situação, a empresa da Lava Jato envolvida não consegue tomar financiamento, então é ela que não consegue começar, então a gente não está conseguindo ter a linha. Aqui nós temos que cumprir os ritos. Essa linha foi licitada, houve concorrência, houve um ganhador e este ganhador está com problemas para poder pegar o financiamento dele para poder dar segmento. Não havendo condições de continuidade, a gente está tentando ver se ele acha uma solução ou no caso a solução seria esta envolvida vender a sua participação para um novo acionista, para esse novo acionista poder tomar o contrato, mas isso não sendo possível, infelizmente, provavelmente, nós vamos ter que decretar caducidade e relimitar a linha, mas para fazer tudo como manda a lei. Não é que nenhum desvio, nada dessa natureza. O que há são contratos, desde que o tomador do contrato possa cumprir a sua parte e entregue o serviço de maneira adequada, nós vamos manter a obra porque a obra e os empregos que a obra geram é que são o foco e a prioridade.

Com relação a questão dos cargos comissionados, há, de fato, um questionamento do Ministério Público, o número do Ministério Público está incorreto, é um levantamento exagerado. Depois eu peço para a assessoria me pegar o número exato de cargos comissionados, porque eu acho que não são os 219 que o senhor mencionou, é um outro número, eles estão fazendo o levantamento. Não é mil também. Aqui há uma questão de interpretação do que é, a forma como o Ministério Público entende que deve ser a função do cargo comissionado. Havia, de fato, uma falta de especificidade na descrição de atribuições, isso está sendo corrigido, se já não foi enviado será enviado um projeto de lei aqui para a Assembleia, que especifica exatamente estas atribuições dos diversos cargos comissionados, não apenas na fazenda, mas também em outras

áreas do governo, para dirimir esse espaço de dúvida com relação a interpretação que o Ministério Público está dando para as atribuições desses cargos comissionados.

De qualquer forma, como linha mais geral, o governo vem reduzindo sistematicamente, ao longo dos últimos anos, o número de cargos comissionados. Já houve extinção de diversos, vai haver extinção de mais, provavelmente, ao longo do tempo, porque nós temos que continuar gerenciando as nossas despesas, despesas de pessoas são uma parte importante dessas despesas e ainda não estamos em tempos de vacas gordas onde a gente possa ficar procurando aumentar o nível de prestação de serviços contratando mais gente. Com isso também já respondo à pergunta sobre novos concursos. Novos concursos, apenas de maneira muito pontual, porque nós estamos em tempo de vacas magras, estamos segurando as despesas, não estamos contratando, não estamos fazendo novos concursos, a não ser o estritamente necessário.

A parte boa dessa história é que esta crise está nos obrigando a repensar a forma pela qual o estado presta os seus serviços. E em um momento onde, felizmente, a tecnologia nos ajuda. Não só o setor público, e sempre um pouco na dianteira o setor privado, está havendo um movimento grande de revisão de como você faz as coisas. E dado que, hoje em dia, existe tecnologia que permite você substituir aquele trabalho que é repetitivo, muito braçal ou ainda que seja um trabalho intelectual também muito cópia e cola, e repetição de análises, isso está permitido que você substitua gente por software ou por equipamento. Estamos aqui as portas o que estão chamando a quarta revolução industrial. Essa mudança vai nos permitir também fazer mais com menos. Vai haver uma paulatina redução, vai continuar essa redução do número de pessoas que o estado precisa para prestar o serviço, mas não necessariamente vai cair o nível de serviço, pelo contrário, ele pode melhorar.

Exemplo concreto que o estado já está implementando, não sei se vocês chegaram a ver as notícias, talvez tenham ouvido o governador falar, porque ele ficou encantado com o Poupinha. É um software que atende o telefone para agendamento e funções mais simples do Poupa Tempo. Foi desenvolvido por uma startup aqui de São Paulo e começou a operar há cinco meses. Neste período, são 200 mil ligações atendidas, algo nessa... São centenas e centenas, milhares e milhares de ligações de gente que liga para marcar um horário, fazer o agendamento, pegar um esclarecimento, com relação ao Poupa Tempo que é um serviço do estado que já funciona bastante bem. O software funciona tão bem que as gravações registram, eram 120 mil casos em que a pessoa que ligou termina a ligação pedindo o nome do atendente, porque ele quer fazer um elogio

ao seu chefe. “Me fala o teu nome para eu poder elogiar ao teu chefe. Deus te abençoe”, e assim por diante, porque as pessoas acham que falaram com um ser humano. Esta tendência eu acho que é uma coisa mais estrutural, nós vamos ver e precisar usar no estado para melhorar o serviço.

Acho que o estado deve ter concursados, existem funções que precisam da proteção da estabilidade do emprego, funções de estado, essas são funções importantes. O estado tem que ter a capacidade de manter um corpo burocrático e técnico permanente, com conhecimento, expertise, e com o tempo de desenvolver esse conhecimento e expertise ao longo de décadas. Mas a tecnologia vai nos permitir fazer com que a gente fique com as atividades onde é bom o sujeito ter cabelo branco, ter inteligência emocional, ter experiência, porque a atividade que ele faz vai exigir bom senso, julgamento, senso crítico porque a parte mais laboriosa e tediosa a gente vai ter transferido para sistemas. E vai ser bom isso, porque o serviço vai melhorar. Feita essa transição, nós teremos um estado melhor, certamente mais forte e eficiente, não necessariamente maior. Talvez até menor. Não sei. Do ponto de vista dos quantitativos de gente, mas não do ponto de vista da eficiência e da qualidade do serviço que a gente estará prestando para a população.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Forma respondidas. Até deixar um pouco ciente, como está no regimento, secretário, o secretário tem o mesmo tempo que o deputado para poder... Eu sei que houve até uma explicação boa da parte de V. Exa., mas até para a gente poder tomar o tempo aí dos deputados terem tempo de fazer as perguntas também. Registrar a presença do deputado Cezinha da Madureira, está presente também, obrigado pela presença.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, eu acho que sobrou uns minutos, não vou usá-lo agora, até porque o tempo está correndo e minha preocupação até de garantir a palavra, aquela proposta que eu fiz para as entidades que estão aqui presentes, e respeitando o tempo dos deputados. E com uma preocupação até já de prevermos, que se a gente entrar na ordem do dia às 16 e 30, é obrigado a suspender os trabalhos aqui. Que fosse pedido para o presidente, caso necessário, que fosse prorrogada a suspensão dos trabalhos para que a gente pudesse continuar com essa reunião aqui com o secretário que eu acho de suma importância.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito, vou pedir para o secretariado para entrarmos em contato com o presidente e fazermos essa suspensão dos trabalhos da ordem do dia, no caso. Deputado Orlando Bolçone, foi ao toilet, eu acho. Deputado Jorge Caruso, com a palavra. E vou pedir até uma ausência que eu vou abrir uma CPI e já volto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, eu posso fazer a pergunta, ter a resposta, fazer um ping pong. Porque eu acho que é mais fácil para o entendimento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Fique à vontade. Não há problema.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Boa tarde, secretário, em primeiro lugar agradecer, nós tivemos uma reunião muito boa, o Luiz, pessoal da assessoria da Fazenda, tentando esclarecer vários pontos dos projetos que envolvem os Refis aí. E eu trouxe alguns questionamentos, ano desses diretamente, mas principalmente em função e uns requerimentos de informações que foram feitos, que foram parcialmente respondidos e nós não nos demos por satisfeitos, a gente queria indagar a V. Exa. pertinente a isso.

Em primeiro lugar, senhor secretário, teve um requerimento aqui que foi recentemente respondido, ontem, para falar a verdade, porque é muito difícil para os deputados votarem um projeto de alteração da lei de ICMS, o Refis, sem saber quem deve, quem não deve contar a situação do estado de São Paulo. E nós pedimos uma relação, e não só na Fazenda, é dividido em 15 setores, nós pedimos informação dos devedores do estado, escritos, da dívida e não escritos ainda, para poder identificar quem são aqueles (ininteligível) dessa má utilização do estado de São Paulo como um banco para financiar o crescimento deles pagando tão pouco, é algo que todos combatem.

E a respeito veio de uma forma muito interessante. Foi a Dra. Érica que respondeu. Fala o seguinte, que as dívidas que não estão inscritas eles não podem informar porque é sigilo instituído pelo Art. 198 do Código Tributário. E as que estão inscritas, essa aí, realmente, eu achei deselegante. Ela fala o seguinte, que o Pepe é um negócio muito bacana, muito legal, muito bonito e que a procuradoria geral do estado,

inclusive, faz a cobrança disso tudo, a qual a procuradoria geral do estado, inclusive, não tem essa divisão de 15 setores. E que a Secretaria da Receita entende que a melhor coisa é que eu fizesse o pedido - que é um pedido de 20 deputados - para a procuradoria geral do estado. Não me parece fazer sentido eu ter que pedir a relação dos devedores. Quem cuida do dinheiro é a Secretaria da Receita, não faz sentido eu ter que oficiar a procuradoria geral do estado. Então eu pergunto à V. Exa., dá para o senhor secretário responder isso aqui? Ou a gente vai ter que ficar brigando de mandar ofício para PGE ou não? Essa é a minha primeira pergunta que eu gostaria que V. Exa. respondesse. E se os dados, e se esse 198 para as dívidas não inscritas, realmente há proteção constitucional ou nós enquanto autoridade não caímos naquela linha que nós podemos pedir essas informações. Esse é o primeiro questionamento.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Boa tarde, deputado. Ótima pergunta e permite esse esclarecimento necessário, já que o senhor não ficou satisfeito. O sigilo fiscal é uma coisa importante de ser respeitada porque envolve a situação financeira concreta de empresas e nós não podemos, enquanto não há uma decisão final, nos arvorar de ter uma decisão a respeito da validade ou não. Se aquela dívida está sendo discutida, muitas vezes no TIT por parte do contribuinte, é porque ele, de maneira legítima, achou que não foi válida a cobrança, ou que não era naquele valor, e nós temos que respeitar esse direito ao sigilo do contribuinte. Agora, uma vez que passou a fase administrativa, de fato existe a inscrição na dívida ativa. É a estrutura normal de todos esses sistemas na maioria dos estados. A dívida ativa é de responsabilidade, a cobrança é de responsabilidade da procuradoria.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas eu não estou falando de cobrança, estou falando da relação. A relação vocês têm.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - O banco de dados dessa dívida ativa não pertence à Secretaria da Fazenda, não é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, é de responsabilidade e gestão da procuradoria geral do estado. De fato, a...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...então se eu perguntar para você se a minha empresa tem dívida com vocês, vocês só podem responder: “tem, mas não está inscrita agora se tem ativa não é problema meu”, é isso?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Se a tua empresa tiver dívida inscrita, você pode, usando o CNPJ da empresa, consultar os sistemas da procuradoria geral do estado e identificar a situação da empresa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não, independentemente da procuradoria, na receita, se eu tiver dívida inscrita vocês não sabem então.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - A gente pode, da mesma forma, falar para a empresa pegar o CNPJ e consultar o banco, agora a extração de uma lista disto precisa do sistema. Nós não temos o sistema.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então vocês não têm condição de fazer isso, técnica. Vocês não têm essa relação é isso?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Nós não temos essa relação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Então é possível o senhor me responder com detalhes por escrito isso, porque eu entendo que é uma vergonha. O que nós vamos votar aqui na Assembleia? Nós vamos votar Refis de quem? Porque se a fazenda não consegue esclarecer para nós, não consegue ter relação dos devedores da dívida inscrita e falar nós o seguinte: “tenho 200 bilhões para receber de dívida inscrita e 200 bilhões ainda não inscritas que estão sendo discutidas”, como é que a gente vai votar algo da Fazenda aqui se a gente não tem os números?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Não é apenas da Fazenda, é do governo do estado. Esses programas de refinanciamento, parcelamento de dívidas, tanto das que estão inscritas e abrangem as inscritas e as não inscritas e são feitas em parceria da fazenda com a procuradoria geral do estado. Envolve equipe... Justamente por causa dessa separação que é legal, a dívida inscrita é responsabilidade da PGE. Então quando a gente está fazendo o parcelamento, a proposta de projeto foi discutida em conjunto com a PGE, nós tivemos que fazer a quatro mãos. As equipes de trabalho agora para operacionalizar esse parcelamento trabalham juntas e a gente precisa fazer equações em sistemas diferentes, os da Fazenda e os da PGE.

A responsabilidade pelo parcelamento do que cabe a parte da PGE, cabe porque eles são os gestores da PGE e tem uma parte que cabe a responsabilidade a nós Fazenda. Mas tem sempre que ser feito em parceria e a quatro mãos das duas áreas do governo. E essa separação é feita porque na hora que entra na dívida ativa, passa haver uma judicialização da cobrança. E a procuradoria geral do estado, na função de advogado do governo do estado é que passa a fazer a interlocução com o contribuinte, nós não falamos mais com o contribuinte, porque saiu da esfera administrativa e entrou para a esfera judicial.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu sei, secretário, mas não me parece crível, não me parece admissível, que tem esses 15 setores lá dentro...

O SR. - Jorge Caruso, V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pois não, doutor.

O SR. - Boa tarde a todos, secretário, assessoria, Srs. Deputados. Deputado Caruso, V. Exa. poderia perguntar ao secretário se o Ministério Público enviar uma solicitar a ele, se ele vai responder o que V. Exa. perguntou ou não? Ou ele vai mandar o Ministério Público ir perguntar para procuradoria do estado. Porque eu entendo o seguinte, a secretaria, como é que ela sabe qual o valor que ela tem para receber?

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E não sabe a relação, não é?

O SR. - O secretário hoje está chamando o governador de mentiroso. O governador falou para a bancada do Democratas que podia pedir a relação que a secretaria ia entregar tudo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Secretário, a gente notícia dos auditores que é possível isso, o (ininteligível) tem acesso. Eu pergunto de uma forma bem clara, o senhor garante, legalmente, que o senhor não tem acesso ou o senhor não sabe dizer? Eu pergunto de uma forma muito específica. Ou o senhor fala: “não, nós preferimos que a procuradoria informe”, dê uma resposta concreta. Porque o senhor está falando o seguinte, que a secretaria não tem acesso. Os auditores estão falando que é possível. V.

Exa. está dizendo que não é possível. Quem está falando a verdade? Essa é minha pergunta. Vocês têm acesso, nós conseguimos essa relação ou não? É simples. Ou é sim ou é não.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Acaba de me confirmar aquilo que é a resposta. Temos acesso como qualquer pessoa. Porque inscrição na dívida ativa, a informação se torna pública, com um CNPJ, qualquer pessoa pode consultar esse sistema e identificar o tamanho de dívida. Agora, o sistema, a gestão do sistema não é nossa responsabilidade, nós não temos como pegar o sistema e fazer uma extração. Isso quem tem que pedir, uma extração específica, uma relação com filtro especificado, por setor, o que seja, isso cabe à PGE.

Respondendo à pergunta do outro deputado, se o Ministério Público nos oficiasse pedindo a relação com relação a dívida ativa, que ano fosse a informação específica de um CPNJ que aí nós poderíamos e teríamos o direito de fazer a extração pelo sistema, da forma como ele funciona hoje para o público em geral, a gente teria que encaminhar o mesmo pedido para a procuradoria geral do estado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Nós pedimos aqui, então porque o senhor não encaminhou à procuradoria... O governo tem interesse de votar projeto aqui e não quer responder pergunta. Por que a secretaria já não encaminhou à procuradoria? Nós estávamos aqui há um mês e meio, nós pedimos informalmente essa mesma relação, a PGE estava presente e a PGE não disse nada na hora, absolutamente nada.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Nem eles.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Aí o pessoal fica falando aqui que a gente fica segurando. Não é questão de segurar, é questão de falta de informação. E, aliás, um outro requerimento falava o seguinte, até em função das denúncias que houve diz o seguinte, a JBS e todas as empresas que pertence, possuem dívida com a receita estadual? Aí o Luiz respondeu: “é só entrar no site”, deu um exemplo aqui. Eu não quero, se eu quisesse dar este exemplo, eu dava naquele exemplo. Nós estamos pedindo a informação de uma forma oficial para o secretário da Fazenda, para dizer o seguinte, a JBS deve, não inscrito, mas nós não podemos informar e inscrito deve tanto. As subsidiárias delas, as empresas que ela comprou devem isso, isso, isso. Porque nós

vamos votar aqui um Refis que vai envolver essas empresas. Então por gentileza, a gente pede que essas informações venham a nós. Acho que é o mínimo que a gente merece aqui de consideração para votar um projeto dessa natureza que envolve aí beneficiar um monte de safado que deixou de pagar imposto.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Vou pedir ao Luiz Cláudio da área tributária que responda, por favor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Deputado, agradeço a oportunidade novamente. Bom, em relação a JBS, é um grupo grande, são muitas subsidiárias e essas informações estão sendo levantadas. O fato é que os pedidos foram feitos naquela reunião que a gente teve aqui há um mês, mais ou menos, atrás, só que precisavam ser formalizados. E foram formalizados, mas efetivamente a gente não teve tempo de tratar. Se eu não estou enganado, os requerimentos são do dia sete e por conta, inclusive, da semana passada, a gente acabou não conseguindo levantar essas informações. Isso em relação ao JBS. Essas informações serão trazidas, o requerimento será respondido da forma como o senhor colocou, inclusive, o que é dívida ativa, portanto, não está protegida por sigilos, será respondido, o que não está inscrito infelizmente não vamos poder oficializar. O que eu tinha era isso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Outro ponto, secretário, nós perguntamos estimativas e número em funções de alterações que nós fizemos na legislação ano passado aqui. Uma foi respondida aqui, qual a perspectiva de ganho, vocês aumentaram em 100% o imposto sobre veículo usado. Aí responderam que a expectativa é 100% de imposto. E receber 112, 134 milhões ano e tal e 100% de imposto para quem prega a política de não aumentar imposto. Mas é o seguinte, nós perguntamos também quanto que o estado abriu mão de arrecadação quando nós votamos a redução de 18 para 12 no ICMS dos genéricos e não veio os números que o estado perdeu disso. Nós perguntamos também quanto que o estado ganhou aumentando o imposto da bebida, bem como quanto o estado ganhou aumentando o imposto do cigarro. Também não houve resposta. E também a explicação pertinente ao aumento da carne se o estado ganhou alguma coisa, se só o frigorífico ganhou, porque o consumidor foi afetado no preço final da carne. O que vocês esperam com isso? Esse foi o objeto e não houve resposta.

Uma eu acho que é só para confirmar, teve uma matéria do jornal “Valor Econômico”, que denuncia o pagamento de propina de 180 milhões de reais pertinentes, créditos de São Paulo, alguma coisa assim, foi objeto do requerimento de informações, mas era um negócio meio confuso que faz parte da delação da JBS, envolve Mato Grosso, São Paulo e tudo mais. E foi objeto, inclusive, do requerimento de informações para saber se há notícias disso, se essa matéria procede, se isso é pertinente, se esses pagamentos de propina são aqui em São Paulo ou se é em Brasília, a matéria foi confusa e não houve resposta.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Presidente, V. Exa. me inscreve, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Inscrevendo o deputado Edmir Chedid.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Deputado, respondendo já com relação a essa da JBS, não tinha chegado a mim, mas não chegou porque o Luzi Cláudio estava me esclarecendo, tudo o que foi levantado no contexto dessa delação se refere a créditos federais, nada envolve o estado de São Paulo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Foi mais para esclarecer, eu não sabia se era pertinente a isso.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Com relação a essa pergunta dos genéricos, das bebidas e do cigarro, o requerimento, soube aqui, já foi respondido, foi encaminhado, não teve tempo de chegar ao senhor, pelo visto.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Não, ele chegou metade, chegou até o item dois, não veio a resposta dos demais itens, então não sei se foi falha de quem tirou a cópia aqui interna.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Vou ler a resposta que veio e que foi encaminhada a vocês. Com relação aos genéricos, houve uma perde estimada de 251 milhões de reais.

Mas me parece justificada porque se tratava de medicamentos genéricos que a gente gostaria que fossem mais acessíveis à população.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Aí eu pergunto, não cabe a vocês, alguém acompanhou se houve... Porque pelas notícias que a gente tem, não reduziu um centavo no preço final para a população. Quando vocês fazem um benefício dessa natureza, vocês acompanham o resultado na prática disso?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Acompanhamos. Como já disse, a gente vem fazendo essa revisão dos benefícios até para entender a efetividade ou não deles. Se isso se confirmar, óbvio que nós vamos repensar isso que foi feito.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Certeza. Vocês fizeram um levantamento para ver se diminui o preço final ou não?

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Está sendo acompanhado, (ininteligível).

O SR. HÉLCIO TOKESHI - A informação que a gente...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...a impressão que eu tenho é que não há nenhuma.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Agradeço a pergunta, porque acho que é uma boa provocação. Eu vou pedir à área tributária que me mostre esse acompanhamento mais recente para a gente ter a evidência ou confirmação para ver se houve ou não de fato o efeito final do preço ao consumidor. Tem que lembrara de novo que o benefício não se dá única e exclusivamente por função de preço. A gente também, muitas vezes, tem que fazer medida de benefício pensando no emprego dentro de uma certa cadeia industrial. E no caso não foi... Óbvio que uma preocupação importante foi preço, mas havia também, pelo que eu soube da época em que foi feita essa medida, uma preocupação com a manutenção de empregos na cadeia dentro do estado de São Paulo.

Com relação a cerveja, houve um ganho estimado de 616 milhões de arrecadação. Com relação a cigarros, a estimativa é que a gente ganhou 362 milhões de reais de arrecadação. E especificamente com relação aos veículos usados, eu quero deixar claro

que não foi um aumento de carga tributária. O setor quis divulgar como tendo sido 100% de aumento da carga. Não é verdade. Veículo usado, quando o carro é vendido, deveria pagar imposto sobre o valor total de venda do veículo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Deveria.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Como todas as outras transações normalmente acontecem, você tributa o valor da transação cheio. Como é um caso de veículo usado, existe uma redução de base de cálculo. Ao invés de pagar imposto sobre 100% do valor do veículo transacionado, pagava-se imposto sobre 5%, porque a redução de base de cálculo era de 95%. O que nós fizemos foi uma revisão do benefício. Ao invés de deixar um desconto de 95% da base de cálculo, nós resolvemos que o desconto seria de 90%. É um enorme desconto, acho que não tem mais nenhum produto que tenha uma redução de base de cálculo desta magnitude. Então ao invés de ter 95% de desconto, nós achamos melhor que houvesse um desconto um pouco menor, mas não muito menor, de 90% ainda. Óbvio que o setor, para reclamar da redução do benefício, fez a conta pelo outro lado, falou: “não, passou de 5% para 10%”, e aí essa história do 100% de aumento. Mas eu acho que é uma tentativa...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...mas onerou em 100% naquilo que eles pagavam, secretário.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - A maioria dos produtos paga alíquota modal de 18%. Nós, como sociedade, acho que concordamos e que o imposto do ICMS devia ser de 18% para a imensa maioria dos produtos. Esse que é o nosso acordo, para poder ter os recursos para gerenciarmos o estado. A alíquota efetiva para o veículo usado passou de 0,6% para 1,2%, quando a imensa maioria dos produtos paga 18. Acho que ainda estão com um nível bastante elevado de benefício.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Ou ao mesmo tempo vocês estão estimulando um mercado informal, porque se entrar na Web Motors, você compra um monte de carro estacionado em shoppings centers de São Paulo, e vai aumentar esse número, porque o pessoal não paga nada essa informalidade.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Este movimento está sendo feito concomitantemente com uma outra mudança. Não sei se chegou a notícia aqui, mas o governo federal está com um programa novo de controle de estoques de veículos usados em revendedoras de carros. Chama Renave. Um produto de alguns anos de trabalho. É uma mudança sistemática muito robusta, com implantação do sistema que vai ter uma abrangência nacional para controle dessas transações de veículos usados. Nós estamos fazendo esse movimento, mas também sabendo e trabalhando ativamente com o governo federal para que o estado de São Paulo seja um dos pioneiros na implantação do Renave. Faz parte de um movimento um pouco mais amplo. Nós temos consciência do problema da informalidade nesse mercado, mas está fazendo o trabalho sabendo desta outra vertente que nós estamos implementando de controle da informalidade.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Presidente, eu tenho algumas perguntas, vou procurar ser o mais rápido possível. Secretário, nota fiscal paulista, alteração do modelo que vai prejudicar todas as entidades. A secretaria voltou atrás e vai manter o modelo atual ou vai insistir nessa tese de modificação que vai diretamente prejudicar um monte de entidades?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - De novo, deputado, agradeço a oportunidade do esclarecimento, porque esse é um assunto que está gerando um pouco de controvérsia, mas nada mais longe da verdade e da intenção nossa enquanto secretaria da fazenda. A nota fiscal paulista é um programa que foi criado há dez anos com a intenção de aumentar a cidadania fiscal, ou seja, de gerar mais arrecadação e gerar mais formalidade, estimulando as pessoas a pedirem nota. Apenas depois é que esse programa ganhou uma dimensão social que, infelizmente, sempre foi tratada como uma coisa acessória do programa. O foco do nota fiscal paulista sempre foi a parte da cidadania fiscal.

De três anos para cá, o número de notas emitidas com CPF começou a cair aqui no estado de São Paulo, então estava claro que depois de dez anos de programa o programa tinha perdido fôlego e a gente precisava fazer uma reformulação. Isso é uma perna da reforma. A outra perna é a seguinte, infelizmente o sistema antigo que envolvia aquela urna, as pessoas depositando o cupom fiscal na urna, é muito sujeito a fraude. E surgiu um mercado de atravessadores que ao invés do dinheiro que o contribuinte

resolve destinar à entidade, doar o seu cupom fiscal para uma entidade, chegar na entidade, ficava na mão de atravessadores.

A gente tem um trabalho sistemático de combate à fraude na nota fiscal paulista, mas infelizmente esse trabalho estava nos apontando vários casos de situações onde o atravessador chegava a uma entidade necessitando de dinheiro e falando: “quanto você precisa? Precisa de 50 mil? Eu te arrumo 50 mil em nota, só que você vai me esquentar quatro vezes isso de nota e eu vou ficar com o grosso”. Tinha atravessador ficando com 80% do valor de notas que eles apresentavam para as entidades. Fora as situações mais banais do vendedor de lojas de sapato comprando 200 pares todo o dia, ou das entidades fraudulentas sendo montadas para captar dinheiro de nota fiscal, sem nenhuma função social.

Nós fizemos a reforma por causa desses pontos, a gente quer que o programa continue, que as pessoas peçam a nota, não só pelo bolso, mas também pelo coração, para fazer o bem, para destinar o dinheiro para as entidades que elas apoiam. E dois, porque a gente quer distribuir mais dinheiro para as entidades. Ainda que o número de notas doadas para as entidades diminua, nós mudamos as regras, reservamos uma parte do dinheiro para função social, nossa meta é dobrar a quantidade de dinheiro distribuída pelas entidades sociais. Atualmente todo ano a gente destina cerca de 100 milhões de reais para as entidades através do nota fiscal paulista. A meta é que com a mudança nas regras a gente distribua 200 milhões. Quando a gente tiver distribuindo 200 milhões de reais para as entidades através do programa nota fiscal paulista, esse será o maior programa filantrópico do Brasil.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Poderia pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...eu também gostaria. Por gentileza, deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Eu entendo a preocupação da Secretaria da Fazenda com essas questões porque, de fato, são fundamentais, ninguém de nós está imaginando que a nota fiscal paulista possa servir aos atravessadores ou a qualquer tipo de fraude. Mas acontece que tem milhares de entidades que têm um trabalho sério e montaram formas de arrecadação próprias dentro do que a legislação previa. Então montaram, têm voluntários que ficam lá na entidade cadastrando essas notas e isso permite uma

arrecadação para essas entidades. Muito dificilmente essas entidades vão conseguir fazer uma mudança muito rapidamente para que as pessoas individualmente, possam ter uma rede de pessoas que possam, através do sistema próprio, do aplicativo que está sendo desenvolvido, destinar àquela entidade.

Então uma das sugestões... Porque vocês fizeram a mudança e devem acreditar nesse sistema, tanto que o senhor está falando aqui que podemos chegar a 200 milhões, que eu acho que seria uma coisa ótima se isso acontecesse. Mas me parece que talvez o tempo, se esse sistema tem essa eficiência, nós precisaríamos de mais tempo para uma adaptação disso. Então talvez a sugestão fosse que a convivência dos dois sistemas pudesse permanecer por mais tempo, de forma que as entidades tivessem tempo de fazer isso e nós pudéssemos avaliar melhor a eficiência ou a aplicabilidade disso, através de campanhas das pessoas e o tempo das entidades fazerem isso. Então talvez fosse considerada essa sugestão de mais tempo o funcionamento dos dois sistemas, ao mesmo tempo que a secretaria poderia ir tomando medidas efetivas, inclusive policiais, contra aqueles que fazem a fraude e denunciar, e que a gente pudesse ter público quem são as pessoas que estão fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu acho que até diante disso, secretário, por exemplo, qual planejamento que tem para fazer... Porque essa dobra, no caso, de 200 milhões, exemplo, como o deputado Davi Zaia disse. Porque as entidades têm uma programação e um planejamento, como também a secretaria. Mas eu acredito que a secretaria, na minha concepção agora diante disso, não fez um planejamento com as entidades, porque senão as entidades não estariam vindo aqui para a gente reclamar. Uma delas é a Apae, que vem reclamar, estão pedindo socorro para nós, desesperadas, diante dessa situação que setembro agora vai mudar. É uma sugestão que nós mesmo, deputados, estamos nos sentindo também encurralados diante do que fazer. Seria também um esclarecimento muito bom para a gente acerca disso.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Quanto mais a gente puder falar disso melhor, porque nós temos a mais absoluta e tranquila convicção de que fizemos uma mudança na direção certa. E por que estou falando isso? Não é achismo, a gente já tem agora as estatísticas do sistema novo rodando, desde que o aplicativo entrou no ar. E já está ficando claro que ele terá o efeito que a gente quer que ele tenha, que é o que? Um,

combate à fraude, óbvio. Dois, permitir que a entidade que adote a estratégia nova de vender a sua causa e convencer quem é beneficiário, as famílias que são atendidas, as pessoas que conhecem aquela entidade, acreditam na causa, usem o aplicativo. Não se trata mais de convencer o dono da lanchonete ou do restaurante a colocar uma urna, porque isso não espalha a causa, o que espalha é o trabalho da causa.

As entidades que fizeram estão fazendo a mudança de estratégia estão tendo menos custo, porque elas não precisam mais pagar ou ter o trabalho de juntar o voluntário que fica lá fazendo trabalho muito braçal e chato de ficar cadastrando notinha. O que estamos vendo, o segundo efeito, é que as entidades que fazem, entenderam a necessidade de mudança de estratégia, não estou dizendo que não tem necessidade de mudar estratégia, precisa, é uma forma nova. Mas eu acho que é uma forma que está alinhada com a função social destas entidades, que é prestar um bom serviço para algum segmento da sociedade e ter gente acreditando na causa. Elas têm menos custo com a estrutura de arrecadação, não tem que mandar gente buscar urna, essas pessoas que vão buscar urna, infelizmente, eram sujeitas a sequestro relâmpago, porque elas tinham dinheiro na forma de nota acumulado nas urnas. Então tem menos custo.

E a gente está vendo um efeito que queríamos ver que é o seguinte, hoje, 4% das entidades recebem 50% do valor distribuído pela nota fiscal paulista. Essa concentração não é boa, são mais de quatro mil entidades cadastradas e só uma pequena fatia delas estava ficando com o grosso do dinheiro. No sistema novo nós estamos vendo uma desconcentração saudável desses recursos espalhados de maneira mais uniforme para todas as quatro mil, porque várias delas que não tinham a capacidade de montar essa burocracia de ficar cadastrando nota e buscando urna, agora estão descobrindo que podem usar a rede social, o custo é muito mais baixo, podem usar o boca a boca, podem convencer as pessoas que são atendidas, que são beneficiárias, “bom, você já é atendido, é beneficiário, cadastra suas notas, usa o aplicativo”. A imensa maioria das pessoas hoje tem um aparelho que tem o aplicativo e pode usar.

Nós já estamos vendo isso nas estatísticas da parte do sistema que já está usando a nota. O que nós estamos querendo muito fazer, já fizemos, inclusive. Houve um outro deputado que promoveu uma reunião aqui na Assembleia, onde o responsável pelo nosso sistema de nota fiscal veio e conversou com várias dezenas de entidades para explicar o sistema novo. Já houve o contato de um outro colega de vocês, que me visitou, e ele também tem um contato muito grande com as Apaes, ele está organizando

uma reunião nossa com as Apaes para que a gente possa explicar. Nós queremos explicar, estamos fazendo isso, já fizemos dezenas e dezenas de reuniões. O coordenador da área da nota fiscal paulista está organizando uma rodada de seminários pelo interior do estado para alcançar mais entidades, porque nem todas têm dinheiro para viajar para a capital, então nós vamos para o interior para explicar a sistemática nova, porque ela funciona, ela vai ter o efeito de combater a fraude, e distribuir mais dinheiro, e distribuir melhor este dinheiro.

Vou dar um exemplo concreto que é o meu caso. Sou de Piracicaba e lá minha família já teve gente muitíssimo bem cuidada e atendida pelo lar dos velhinhos. Eu nunca doava nada para o lar dos velhinhos de Piracicaba, porque não tinha urna do lar dos velhinhos aqui em São Paulo. Agora a imensa maioria dos meus cupons fiscais são doados para o lar dos velhinhos.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O senhor é uma pessoa esclarecida e pode parar na frente de um aplicativo e fazer isso. 99% da população que vai no supermercado mal pega aquela notinha fiscal na hora de sair. E exigir que esse pessoal pegue um app e faça isso é meio cruel, secretário.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Mas a qualidade da doação vai...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...qualidade, não interessa qualidade, dinheiro é dinheiro. As entidades estão precisando de dinheiro.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Esse que é o engano. A doação média pela urna dá, por cupom 24 centavos. A doação média pelo aplicativo vale para cada nota fiscal, 24 reais. Por que isso? Porque a conta não é feita diretamente proporcional ao valor do imposto daquele cupom, isso é da lei, foi montado desse jeito. A gente separa o total de imposto recolhido por estabelecimento e rateia esse imposto na parte que cabe ao programa nota fiscal paulista, entre as notas que foram doadas ou que tiveram o CPF registrado. Na prática isso quer dizer o seguinte, um cafezinho de dois reais, pode virar uma doação que vai ter um imposto de 18% em cima do cafezinho, pode ter o valor de até 250 reais de doação para uma entidade. É por isso que a média de doação pelo aplicativo é tão mais alta.

A qualidade da doação muda pelo motivo, porque não é um ato impensado de jogar um cupom na urna, qualquer urna que está lá, você nem sabe qual é a entidade, você escolhe qual é a entidade. E o valor aumenta, e muito. Então as entidades não precisam ter o mesmo volume de cupons para conseguir o mesmo tanto de dinheiro.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Mas eles precisam fidelizar o doador. E essa é a grande dificuldade. Eu entendo, o senhor está certo, uma doação direta ganha mais. Mas a grande dificuldade é fidelizar o doador.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Vou adiantar duas coisas, até respondendo o deputado Davi Zaia. Nós fizemos e demos o prazo no começo do ano achando que em nove meses, o período até setembro seria um tempo de adaptação adequado. Estamos monitorando a adesão, quantos aplicativos são baixados, quantos cupons são doados por cada um dos canais, estamos acompanhando e estamos fazendo esse esforço grande de divulgação que é para o aplicativo e a sistemática nova pegar, por assim dizer. Estamos acompanhando. Se chegarmos em setembro e a gente achar que vai ser necessário um pouco mais de tempo de adaptação, óbvio que nós vamos considerar isso no nosso processo de decisão. Agora não haverá recuo porque nós estamos absolutamente tranquilos e convencidos de que foi uma mudança na direção certa, e os números já estão começando a mostrar isso.

Agora com relação a fidelização, eu pedi, a equipe está estudando, infelizmente voltamos ao problema da fraude. Estamos estudando a possibilidade de o contribuinte cadastrar uma entidade, associar ela ao seu CPF e aí ao invés de ter que fazer o ato a cada cupom, ele só tem que confirmar de tempos em tempos que aquela é a entidade que vai receber as doações de quando ele informar o CPF. O problema é que tem risco de fraude relevante nisso, porque a gente poderia ver aí o comércio de CPFs. Infelizmente as pessoas do mal são criativas. Então você poderia ver entidades pegando cadastros de CPF e fazendo associação de doações, sem que a pessoa se quer soubesse que o CPF dela está sendo usado para fazer doação para uma entidade que provavelmente não é séria.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Secretário, o senhor tem o índice de fraude hoje em relação a isso, a entidades? Exemplo, se o índice de fraudes é tão generalizado em questão do valor arrecadado hoje pelas entidades. Ou é

um número, às vezes, mínimo. Tem fraude, fraude existe, como em todo lugar existe fraude, mas o número é tão gigantesco assim a ponto de ter que se fazer agora em setembro, tem que ser uma coisa de imediato, aonde está pegando não só a Apae, como também várias entidades, em uma situação de saia justa, aonde tem que se ajustar em um momento curto? Essas são as minhas dúvidas.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Infelizmente eu não tenho aqui de cabeça, mas quando eu cheguei à secretaria, comecei a me inteirar do programa, já havia uma equipe trabalhando há muito tempo nessa questão de modernização da nota fiscal paulista. E quando eles me mostraram os números de incidência de fraude, eu fiquei escandalizado. Infelizmente é alto. Dez anos depois o sistema funcionando, as pessoas que queriam fazer fraude foram achando tudo quanto é brecha possível. A gente combate, a gente tem equipe de fiscalização, a gente usa o sistema. Esse mês acabamos de pegar uma situação em que o vencedor do prêmio de um milhão tinha um padrão de cadastramento de notas de material de construção completamente fora, ele tinha que estar reformando o bairro dele inteiro para poder justificar aquele nível. Então a gente pega fraude.

Ao invés de gastar recursos do estado combatendo fraude no varejinho desse jeito e só enxugando gelo, porque infelizmente estava atingindo um nível em que claramente a gente não estava tendo a efetividade que precisava ter, achamos melhor fazer uma reforma um pouco mais estrutural. Essa reforma mais estrutural e que envolve, inclusive, a lógica pela qual as entidades funcionam, de fato exige que as entidades entendam e adotem uma estratégia nova de arrecadação. Mas eu queria deixar muito claro, a intenção é distribuir mais dinheiro para as entidades, a intenção é fazer com que elas possam focar os recursos dela no trabalho assistencial, o trabalho social que elas fazem e não o trabalho burocrático de ficar cadastrando nota. E, fechar ao máximo as brechas para este mercado de atravessadores que se desenvolveu em torno disso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, eu tenho mais uma pergunta, só para finalizar.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Ainda nessa, só para eu poder entender, secretário, o que o senhor está dizendo é que no caso específico desse um milhão, exemplo do um milhão, você está falando que é uma entidade? É uma entidade que ganhou esse um milhão e que... A pessoa física ganhou um milhão?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - A pessoa física. O prêmio de um milhão. Mas assim, quando a gente foi ver quantos cupons ele tinha cadastrado, era tudo da mesma loja de materiais e dezenas e dezenas por dia, não é possível.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, eu vou fazer três perguntas, é rápida, mas eu vou fazer as três. Secretário, teve uma denúncia na CBN, 15 dias atrás, que o estado tinha perdido dinheiro na doação de remédios que foi feita pela prefeitura de São Paulo. Quando o governador assinou o decreto, que autorizou a prefeitura a receber, aí a CBN fez a denúncia dizendo que no (ininteligível) geral, o que a prefeitura gastaria para comprar é inferior ao valor de crédito de ICMS que o setor levou. E em um paralelo, que não houve fiscalização e que tudo que foi doado estava muito próximo do vencimento, tanto que as prateleiras estavam estocadas, teve problema de gerenciamento. Queria que V. Exa. falasse sobre isso.

Segundo ponto, veio aqui a notícia da questão do fechamento das delegacias tributárias, o que ia causar um transtorno no estado inteiro, não sei para economia de custo, mas ia fazer gente viajar para todo o lado, o contador ia ter bastante dor de cabeça. Se isso V. Exa. vai levar adiante, se foi fogo de palha, se foi revisto, enfim.

E por último, houve uma notícia que o senhor pretende transmitir o comando da CTG, que é responsável pelo banco de dados informatizado da SEFAZ para terceiros que não são da carreira, ou seja, transferir tudo aquilo que é sigilo e que aqui, por exemplo, a gente não pode ter acesso ou por uma empresa terceirizada ou por um camarada único aí que vai ficar o (ininteligível). Enfim, é verdade isso? Não é verdade? O senhor vai fazer? Não vai? Essas três perguntas que eu gostaria de saber.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Com relação aos remédios, a prefeitura de São Paulo na troca de prefeitos, encontrou uma situação onde não tinham sido feitas as licitações na gestão anterior para reposição dos estoques. Os estoques já estavam ou acabados ou em vias de acabar, a população ia ficar desassistida de remédios nas UBSs. Não havia tempo hábil de fazer uma nova licitação porque esse tramite que é necessário pela lei ia levar um certo tempo. E a prefeitura conseguiu, com a boa vontade de várias empresas e fornecedores de remédios, que houvesse a doação. E aí eles nos pediram se a indústria ia fazer um ato benemérito e algumas...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - ...benemérito em termos, eles não vão ter custo de descarte, eles não vão pagar ICMS, vão se livrar do produto e mandam para cá. Desculpa interromper, perdão.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Eu não conheço a situação específica, mas acho perigoso generalizar. Mas, de qualquer forma, se alguém está fazendo doação de remédio, a gente achou por bem que seria justo que aquela doação não tivesse que pagar imposto. Aqui o número que o Luiz Cláudio está me passando, a estimativa inicial é de que a gente teria uma renúncia de 65 milhões. O que efetivamente aconteceu de renúncia foi de dois milhões. De qualquer forma, e mesmo com esse número de dois milhões, seria impossível que a renúncia fosse maior do que a doação, porque o ICMS é uma porcentagem apenas do valor total que está sendo doado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É que o jornalista da CBN foi tão incisivo nos números que assustou.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Houve um equívoco. Com relação as delegacias, esse é um ponto importante que me permite esclarecer uma coisa que é da lógica. Todas as mudanças que nós estamos tentando implementar para modernizar a Secretaria da Fazenda.

Eu tenho uma formação e um gosto por gestão. Isso é uma área onde o tempo, as experiências e a minha formação me permitiram adquirir um pouco de conhecimento. A Secretaria da Fazenda tem uma estrutura e uma lógica de organização muito verticalizado, são silos, as áreas são muito estanques. É um pouco o modelo do estado do século XIX. Estamos no XXI. E eu acho que é um dever nosso, e meu, como gestor público, melhorar a eficiência da estrutura do estado na parte onde eu tenha algum poder de influência e capacidade de fazer mudanças. A lógica geral do que nós estamos tentando fazer na secretaria da fazenda é criar uma estrutura mais moderna, e do ponto de vista de gestão, uma gestão também mais moderna e mais eficiente. Para que ao fim e ao cabo, para poder prestar um serviço melhor ao contribuinte, à população, às outras áreas do estado, porque nós somos uma secretaria meio, a gente apoia as outras secretarias, as outras áreas do governo.

Para fazer isso a gente não vai poder manter a mesma estrutura em uma lógica muito verticalizada e estanque do século XIX, a gente tem que usar o conhecimento de

gestão que foi desenvolvido ao longo do último século. Uma das coisas que isso está apontando, é que a gente pode racionalizar internamente as estruturas da Fazenda para permitir mais...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...só um pouquinho, secretário, da forma que o senhor está colocando - desculpe, eu sou de agitar a casa: o senhor está dizendo que todos os secretários que passaram por lá, do século XIX até agora fizeram picas. É o que o senhor está falando e não é verdade.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Concordo.

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - Não, não é verdade, eu conheço aquilo, avançou enormemente. Talvez V. Exa. estivesse nascendo e já havia um processo de modernização da Fazenda. Não dá para dizer que de 19, não é 19 não. Acho que tem muito para melhorar, pode modernizar, pode avançar, mas eu acho que da mesma forma como o senhor colocou que não pode generalizar lá, não pode também fazer uma afirmação dessa tão categórica, desculpa.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Deputado, me expressei mal. Eu tenho o maior respeito por vários dos meus antecessores...

O SR. VAZ DE LIMA - PSDB - ...aí está correto, o senhor está fazendo uma coisa que fez o Tatto, tem que colocar que se expressou mal, verdade, se expressou sim.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Mas para continuar e depois eu volto rapidamente nesse ponto. Estamos tentando fazer todas essas mudanças para quê? Para que possamos atender melhor a sociedade, o contribuinte, as outras secretarias.

Especificamente delegacias, se a lógica é de melhorar o atendimento, prestar um melhor serviço para o contribuinte, nós não podemos e não queremos diminuir a capilaridade que a secretaria tem para atender o contribuinte. O que está em discussão não é uma redução dos pontos de atendimento ao contribuinte. Ou seja, o que está em discussão é, depois do posto fiscal, qual é a melhor estrutura para que a gente possa fazer esses atendimentos de maneira mais eficiente, mais racional. Então eu sei que houve essa notícia de que a gente estaria revendo delegacias, estamos, de fato,

estudando isso. Mas é a parte interna da estrutura, não o atendimento ao contribuinte. Nós não queremos que as pessoas tenham que, de repente, pegar carro e andar 400 quilômetros, a gente quer ficar mais próximo ainda do contribuinte. Mais próximo, hoje em dia, pode ser fisicamente e todos os postos de atendimento que nós temos hoje serão mantidos, nós não estamos revendo isso. E estamos procurando desenvolver novas ferramentas para poder atender, pela internet já se atende muito, mas a gente quer atender também pelas plataformas novas que existem. Esta que é a intenção.

Qualquer mudança que venha a ser feita, será feita com os olhos de manter, preservar, poder atender melhor os nossos contribuintes. Os contadores não ter que se preocupar de que, de repente, agora vai ter que viajar. Onde tem atendimento hoje, esse atendimento permanecerá. E a gente vai tentar melhorar.

Deputado Vaz de Lima, de fato exagerei, me expressei mal, mas é fato que a estrutura da Secretaria da Fazenda seguia uma lógica muito hierarquizada, certo, que existem alternativas que nós achamos melhores, estamos tentando fazer isso. Do ponto de vista mais geral, o que está sendo feito na estrutura da Secretaria da Fazenda? Vamos ter uma área dedicada a receita, que é nossa CAD, vamos ter uma área dedicada ao controle do caixa, a parte financeira, que é CAF, e teremos três áreas de apoio as áreas finalísticas da fazenda, que é a receita e a despesa, uma área de gestão de pessoas, uma área de serviços de tecnologia compartilhados para todos e uma área que envolve a nossa BEC, que é a área de compras que dá suporte não só para dentro de casos da Secretaria da Fazenda, mas para todo o estado e diversas outras prefeituras.

Nessa lógica, já foi indicado um novo responsável por essa área de serviços e tecnologia compartilhados, o Eduardo Mota, que coincidentemente é um fiscal. Ele foi apontado não pela categoria funcional dele, mas pela competência profissional dele, achamos que era ao melhor quadro de agente disponível para a função neste momento.

Agora com relação a gestão de banco de dados, é importante fazer uma distinção. Quem gerencia os bancos de dados e faz a gestão desses bancos, o desenvolvimento dos sistemas desses bancos para a receita federal, é o SERPRO, que não tem fiscais, são profissionais de tecnologia. E na maioria dos outros estados, a gestão de bancos de dados não é feita por fiscais porque não há necessidade, porque quem gerencia o banco, que fica definindo quantos campos têm, como é que o software acessa os bancos e tal, não precisa ser fiscal porque não há sigilo sendo violado, não há risco disso, porque isso é uma função de tecnologia e a pessoa não acessa o dado que está o dado dentro do banco.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Quem acessa o dado são só os fiscais.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Porque nós respeitamos o sigilo.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Perfeito, e o que está sendo feito agora? Vai ser feito isso? Vai ser respeitado? Os fiscais é que vão manusear e vão ter acesso a isso ou vai ser fornecido por uma empresa terceirizada ou um terceiro a possibilidade de ter acesso a esse sigilo?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - O sigilo individual do contribuinte precisará ser sempre respeitado. E isso quem acessa são os fiscais que estão dentro da carreira e seguem todas...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Por exemplo, esse Refis: quem que vai chamar o pessoal todo, quem vai coordenar isso? Vai ser só o pessoal da Fazenda ou vai delegado a terceiros esse controle de saber quem deve, quem não deve, como vai parcelar?

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Valores e aquela informação que é protegida por sigilo, permanecerá sendo protegida. Agora, gestão do banco de dados ou um serviço que hoje já é feito, por exemplo, por técnicos da Fazenda que não são fiscais, de atendimento direto, de envio de uma cartinha falando: “o senhor tem uma dívida”, ou um telefone para falar: “por favor, compareça ao posto fiscal, porque precisamos discutir uma dívida sua ou um imposto atrasado, isto já não tem proteção do sigilo e já não é feito por fiscais.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu entendi. Eu quero saber o seguinte, vai ser contratado gente para fazer isso ou a receita, que já está com tanto problema de inchaço de gente, vai utilizar a sua mão de obra para gerenciar isso? Talvez essa pergunta seja mais didática. Eu pergunto, tem algum projeto de chamar gente de fora para mexer nisso ou não? Eu posso fazer a pergunta de várias formas, mas a resposta é só uma, tem ou não tem, essa é a minha pergunta.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - A gente está estudando toda a nossa sistemática de gestão das dívidas e de cobrança. Assim como a própria receita federal ou outras entidades que têm essa função de arrecadação, a gente acha que um fiscal de renda é uma pessoa muito preparada, que teve uma formação diferenciada, passou por um concurso bastante difícil, e é um recurso de alta qualidade que tem um custo para o estado elevado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Jorge Caruso, estourou o tempo de Vossa Excelência.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Este recurso precisa ser empregado da melhor forma possível. Não sei se é a melhor função de um fiscal ficar fazendo telefonema de natureza de telefonema de call center ou preparando cartinha...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Isso é um sim, entendi.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Orlando Bolçone.

O SR. ENIO TATTO - PT - Questão de ordem, presidente. Só pedir, quantas pessoas estão inscritas?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Cinco deputados.

O SR. ENIO TATTO - PT - Nós temos um problema, o presidente falou que vai abrir a sessão lá às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pedimos para ele, ele disse que não tem como poder esperar. Pelo Art. 82, ele falou que vai entrar na ordem do dia.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pediria, já que o secretário está vindo aqui cumprir dois quadrimestres, nós estamos no mês de junho e ele está vindo cumprir a meta do último quadrimestre de 2016 e o primeiro de 2017. Que nós fizéssemos um acordo aqui,

dele voltar na próxima reunião para dar continuidade. Caso contrário, entrar em acordo com o presidente para que suspenda a sessão lá para darmos continuidade nesse riquíssimo debate com o secretário. Mesmo porque tem duas entidades aqui que seria interessante contemplá-las.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Sim. Só ver o acordo entre os deputados. Se quiserem abrir mão do seu tempo, ou algum deputado gostaria de falar? Se todos abrirem mão do tempo, a gente pode colocar as entidades.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Presidente, se for acatado o encaminhamento do Enio, se o secretário puder voltar em uma próxima, aí não tem problema, a gente para pra ouvir as entidades e volta, segue a ordem de inscrição na próxima audiência com o secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Nós fazemos o convite, aí vamos ver com a agenda do secretário, acho que é uma coisa que está sendo falada agora, está sendo até pego o secretário de surpresa, acredito que podemos remarcar uma agenda e diante da agenda do secretário também, a gente marca uma outra vez que o secretário possa vir e trazer os esclarecimentos que estão sendo de suma importância para esta comissão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Presidente, eu acho que se nós seguíssemos a ordem, nem todo mundo pode usar 15 minutos e nós ouviríamos as entidades. Se a gente ficar aqui discutindo nós não vamos nem falar e nem as entidades.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Portanto, com meu tempo vou ser extremamente objetivo até para adequar a essa demanda.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então deputado Orlando Bolçone quer falar. Com a palavra. Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Vou utilizar um terço do meu tempo. Então primeiro saudar o presidente e o secretário, Dr. Hélcio. Saudar os agentes fiscais de renda e todos os servidores da Secretaria da Fazenda na pessoa do Dr. Luiz Claudio,

também os representa. E acho que os assuntos aqui foram praticamente esgotados. Então não vou ser repetitivo, vou deixar algumas sugestões. Com relação a questão da nota fiscal paulista, no sentido de que seja descentralizada essa comunicação, essa orientação às instituições, estendendo pelo menos às delegacias tributárias, visto que a nossa escola fazendária é formada exatamente de colegas que na sua grande maioria, inclusive, do interior. Então as delegacias estão preparadas, acredito, para dar esse treinamento. Então deixar essa sugestão.

Ainda há pouco discutia com o deputado Davi Zaia no sentido de, se o senhor me permitir a sugestão, de aperfeiçoar a comunicação prévia. Por exemplo, eu noto que essa questão da nota fiscal paulista, pelo volume de recursos, buscar dobrar o volume de recursos, pela possibilidade da opção da pessoa escolher a entidade que vai ser beneficiada, pela possibilidade de criar, de contribuir. Nós temos um programa de educação tributária dentro da própria secretaria, talvez pudesse até se enquadrar nesse programa. Que é extremamente importante, estender essa comunicação de forma prévia. O que as instituições aqui, foi bem explanado por todos, as Apaes, as diversas instituições, é que elas ficaram também temerosas. E essa realidade de que existem, e como em toda a atividade, lamentavelmente, na nossa sociedade pode existir aproveitadores que estejam se aproveitando, fraudando tanto o Fisco quanto, pior ainda, as instituições, então é importante essa comunicação prévia, às vezes chamando as lideranças. Às vezes a nossa própria comissão, fazendo esclarecimento do objetivo que se tem ao estender, ao lançar um programa dessa magnitude.

A mesma questão da comunicação, eu solicito a V. Exa. e a nossa administração, no sentido que essa reestruturação é um plano para 2020, é do meu conhecimento também que pudéssemos conhecer, porque a forma como chegou aqui, aliás, não foi uma comunicação, foi um acidente, um percalço na comunicação, a forma como chegou aqui à Casa. Então também é de mostrar esse benefício. A Casa e a Comissão, em especial, vai se sentir muito tranquila de poder analisar e sugerir eventuais aperfeiçoamentos.

E uma pergunta de forma objetiva, no sentido de que das expectativas - sempre que o senhor vem a esta comissão - que o senhor tem para a economia do caso do país, em especial do estado até o final do ano, e se dá para visualizar alguma luz para o próximo ano e considerando até a própria turbulência política e a turbulência também dessa questão, essa crise de confiança que nós estamos vivendo.

De forma bem objetiva, e contribuindo para a...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...deputado, se puder ser em poucas palavras, até pelo tempo e tentar ver se a gente consegue ouvir as entidades.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma questão de ordem aqui. Deputado Enio colocou uma questão que eu não entendi direito e queria o esclarecimento da Mesa. O secretário representa aqui dois quadrimestres? Ele não veio no...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Exatamente.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Então, Sr. Presidente, isso não existe a não ser que tenha um acordo entre nós. Então ele fica devendo um. E aí ele não precisa ser convidado, ele é convocado obrigatoriamente a voltar aqui. Porque eu tenho aqui algumas questões também, não vai dar tempo, não quero atrapalhar os deputados inscritos. Então eu gostaria que ou ele retorna amanhã cedo, ou quarta-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado João Paulo Rillo, foi convocado, está no edital que seria colocado os dois quadrimestres, então está tudo conforme a gente havia posto no edital.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas a obrigação constitucional é vir uma vez a cada quadrimestre. Ele vindo duas vezes para dois não resolve. Porque acumula, Sr. Presidente. Acumula os temas. Como tem uma abundância de temas e não é possível dentro do...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...deputado João Paulo Rillo, não sei se V. Exa. soube, o secretário assumiu há pouco tempo a Secretaria da Fazenda e no tempo que ele assumiu foi o tempo que ele foi convocado.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Desculpa, Sr. Presidente, mas eu assumi em setembro, vim a um quadrimestre aqui já fazer o reporte, estive na rotina desta

Comissão. O reporte sobre o fechamento de 2016, o terceiro quadrimestre de 2016, coincidiu com o processo de renovação e troca de lideranças aqui desta Casa. O fato de ter acavalado as reuniões, de falta houve um atraso mesmo de uma semana para remarcar esta aqui, mas o fato de ter acumulado dois quadrimestres se deu mais em decorrência da dinâmica, entendo eu, aqui da Casa, do que da minha disposição. Eu estava há disposição para vir reportar um quadrimestre apenas no final, com o fechamento de 2016.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não seria possível então voltar ou amanhã ou semana que vem?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Nós vamos fazer, deputado João Paulo Rillo, o convite, porque seria agora de última hora convidar o secretário diante de uma agenda que o secretário já possui do governo seria...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Mas eu estou perguntando ao secretário, deputado Wellington, se não seria possível ele voltar. Na minha compreensão...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...só que eu estou como presidente desta Comissão, deputado João Paulo Rillo, e eu acredito que cabe a mim também responder como presidente e também me posicionar.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Como o secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Não como o secretário, mas como o presidente desta Comissão. Porque eu acredito que essa comissão não seria representada só por mim, mas por todos os deputados. Como presidente, eu tenho que respondê-lo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, eu estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Sim, estou respondendo a questão de ordem que V. Exa. fez.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Do meu ponto de vista, a presença dele aqui hoje não resolve um déficit que tem constitucional da ausência dele no outro quadrimestre, é isso. Se tivesse esgotado aqui a possibilidade de todo mundo fazer as interrogações, tudo bem, mas não esgotou.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Nós não entramos na ordem do dia, deputado. Desculpa a expressão, mas nós estamos até perdendo tempo em deixar outros deputados falarem, o secretário responder, que já poderia ter respondido o secretário Orlando Bolçone e até respondido outros deputados diante das perguntas. Eu acredito que agora eu acho que seria interessante a gente ouvir o secretário responder as perguntas ao deputado Orlando Bolçone, de dar continuidade. E vemos em outro dia, junto com os deputados, a gente faz o convite ao secretário para que o secretário possa estar presente aqui outro dia na comissão como...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...tudo bem. Eu vou encerrar a minha fala aqui. Mas não é convite. Do meu ponto de vista, tem um déficit constitucional aqui do secretário. É simples.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Acho que é convocação no momento que o secretário não queira vir. O secretário sempre se dispôs a querer vir.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Claro, mas ninguém está pedindo para...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...então não tem porque convoca-lo, e sim convidá-lo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não precisa mesmo de convocação, porque é constitucional, ele é obrigado a vir.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não só ele como todo o secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então é por isso que iremos fazer o convite apenas, deputado João Paulo Rillo. E eu tenho certeza que o secretário como hoje está aqui presente e respondendo todas as perguntas, todos os questionamentos...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...talvez em dez segundos ele poderia resolver a questão. Quem sabe ele não tem um tempo e venha semana que vem aqui?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então quando chegar a vez de V. Exa. a gente pode fazer as perguntas até...

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - ...estou fazendo uma questão de ordem, V. Exa. que está na presidência sabe que questão de ordem é a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - E estou respondendo a questão de ordem de V. Exa. e respeitando V. Exa. com toda a tranquilidade possível. Secretário, por gentileza as respostas do deputado Orlando Bolçone.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Deputado Bolçone, achei as sugestões ótimas. E vamos procurar implementar. O Luiz Claudio felizmente já está aqui, nós vamos ver como acionamos ou equipes na ponta, nos próprios postos fiscais e delegacias. Óbvio que a gente tem que treinar, esclarecer, não é instantâneo, mas achei a ideia ótima, que elas possam fazer já a comunicação direta também com as entidades.

Nós já fizemos uma cartilha, essa cartilha foi distribuída para toda as entidades que nos procuraram. Algumas que não nos procuraram nós tomamos a iniciativa de enviar a cartilha, está disponível no nosso site. E todas as reuniões que estão sendo pedidas por entidades para esclarecer a nova sistemática, estamos atendendo 100% desses pedidos de reunião. E se os senhores tiverem outras entidades que ainda não foram atendidas e quiserem nos encaminhar, a gente está recebendo com o maior prazer, porque esta é uma necessidade que a gente tem para que o programa funcione melhor.

Com relação a comunicação prévia, eu vou confessar que foi um lapso, um erro nosso. Nós não tínhamos a dimensão da conexão que as entidades têm também aqui

com a Assembleia, e a função importante que a Assembleia faz, os deputados fazem de promoção e ajuda a essas entidades. Mas havendo também a necessidade, o pedido, a gente fará quantas reuniões os senhores quiserem aqui, com entidades, reuniões que vocês nos encaminhem às entidades para fazer esclarecimento. Porque acho que é mais uma questão de esclarecimento porque o programa, acredito, está na direção certa.

Com relação a poder fazer aperfeiçoamentos e evolução no programa, da forma como ele estava antes, muito baseado na urna física, era muito difícil fazer mudança. Na medida que a gente agora alavanca a tecnologia que já está disponível e usa o aplicativo, nós já temos uma fila de melhorias, de versões novas que a gente vai implementar e que agora sendo aplicativo a gente pode fazer quase que rotineiramente, não tem que ficar esperando mais. Óbvio que algumas dessas modificações dependem de decretos ou de portaria, porque é um programa oficial, é do estado e algumas dessas mudanças a gente vai fazer primeiro alguma adequação de legislação de regulamento para depois poder implementar no aplicativo. Isso já faz parte do programa, do trabalho normal da equipe da nota fiscal paulista dentro do estado.

E por fim, para responder com relação ao cenário, aqui, infelizmente, vou ter que dar uma resposta muito breve e curta. Está tão turbulento e tão incerto que eu acho temerário fazer grandes projeções, expectativas. O que eu acho certo e nós já estamos fazendo, é adotando a mesma prudência que a gente já vinha adotando. Então nós não estamos contando com grandes ganhos de arrecadação porque, infelizmente, se não produz, não vende, a gente não arrecada, não tem milagre. Então acho que o melhor que podemos fazer nesse momento é continuar na atitude que a gente já vinha. É uma atitude difícil, dura, porque envolve segurar gastos, não dar reajuste de salários, ter muito comedimento no que a gente começa de investimentos novos, ainda que poderia haver a tentação de começar a anunciar um monte de coisa, nós não estamos fazendo isso, porque enquanto não tem o dinheiro assegurado, nós não começamos as coisas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Marco Vinholi. Deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Presidente, pelo adiantado da hora, eu tenho seis perguntas para fazer, mas nós temos um compromisso com os agentes fiscais da receita, mais o pessoal do fórum das seis, eu quero garantir a sessão no meu tempo para essas duas entidades poderem fazer uso do meu tempo. Pode ser presidente?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Se todos os deputados estiverem de acordo não há problema. Vai tomar os 15 minutos, de acordo com as entidades, senão a gente tem que dar prioridade aos deputados e depois entra as entidades. Se não há comum acordo ou tem que passar a vez, deputado Teonilio Barba, ou então...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Alguém está em desacordo?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - É porque os deputados têm as suas perguntas.

O SR. - Eu posso falar rápido e depois o tempo sobra.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não, se for assim eu vou suar o meu tempo. Eu estou fazendo a cessão do meu tempo para as entidades.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Todos teriam que fazer a cessão.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Estou consultando isso. Porque é um tema que está em debate na Casa, é extremamente importante.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Por mim faz, eu abro mão da minha fala também se for para ouvir as entidades.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Não sei se o deputado Davi Zaia está inscrito.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Estou inscrito.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Está inscrito. Presidente, bom.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Vamos pedir para suspender por um minuto. Suspenso o trabalho por um minuto.

* * *

- A sessão foi suspensa. Retoma a sessão o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Teonilio Barba, em acordo com os deputados, conversamos aqui o seguinte, acaso entre na ordem do dia, a gente para pra ouvir as entidades, que o secretário possa ouvir as entidades normalmente, mesmo que já tenha passado a ordem do dia e não possa ser mais registrado pela Comissão, mas que a gente possa ouvir as entidades com respeito a elas por terem vindo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Não tem problema, a gente pode ouvir as entidades informal, mas eu quero fazer um protesto aqui que poderia muito bem suspender os trabalhos lá e ouvir o secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Nós estamos tentando.

O SR. ENIO TATTO - PT - Então não abro mão da volta do secretário aqui para cumprir os dois quadrimestres. É simplesmente ridículo isso de não se abrir mais tempo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Estamos tentando falar com o presidente para que possa haver esse acordo e possa suspender os trabalhos aí para que possamos dar continuidade antes de entrar na ordem do dia, deputado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Ok, mas quero colocar que não tem nenhum acordo com esse deputado que é membro titular da Comissão a respeito de ouvir informalmente

as entidades e simplesmente para por aqui a questão do cumprimento regimental e constitucional da vinda dele para falar sobre os dois quadrimestres.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito, deputado. Deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Bom, presidente, eu tentei aqui exercitar para que a gente pudesse ouvir as entidades, mas infelizmente não foi possível. Entendo a razão dos deputados. Está concordando? Não está concordando. Se eu não for falar ele quer falar, então eu vou...

O SR. - Um minutinho, eu acho que não...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...Vossa Excelência me desculpe, deputado. Aqui nós temos uma questão que é democrática, todos os deputados têm o mesmo direito. Então o senhor acha que é mais importante as entidades falarem, então não fale e deixe as entidades falarem. Simplesmente isso. Pule a sua vez. Se V. Exa. tivesse feito isso desde o início que V. Exa. começou a falar, nós provavelmente já estivéssemos ouvindo as entidades. Então não faça demagogia desse tipo, não fica bem para um deputado fazer isso. Não fica bem para um deputado fazer isso.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Primeiro, deputado Davi Zaia, você me respeita como eu te respeito...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...eu também quero ser respeitado...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não fiz demagogia com ninguém, ouve uma consulta com os deputados...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...como V. Exa. dizer aqui, eu não quero ouvir as entidades...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência não aceitou, está sendo respeitada a sua vontade...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...parece que é só V. Exa. que quer ouvir as entidades...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...Vossa Excelência respeita. Vossa Excelência respeita. Vossa Excelência respeita...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...então é fácil fazer isso...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...se V. Exa. não tem prática de ouvir as entidades, eu tenho, eu tenho...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...Vossa Excelência respeite os deputados aqui...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...se V. Exa. não tem prática de ouvir eu tenho...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...e todos têm o mesmo direito. Eu cheguei aqui, deputado, na abertura da Comissão...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu fiz uma proposta da minha fala...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...V. Exa. não chegou na abertura da Comissão...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu fiz a proposta da minha fala...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...chega aqui depois e quer falar. Então tem que respeitar todos os deputados.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não houve, não houve concordância...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...deputados...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não houve concordância. A sua acabou, deputado, (ininteligível) exaltado...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...se não tem concordância...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...deputado Davi Zaia, deputado Teonilio Barba...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...eu estou (ininteligível) a minha palavra, deputado...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...não fique, não fique colocando situação na boca de deputado...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...parece que você está usando de um instrumento, deputado, para que esgote o tempo e as entidades não falem e nem eu possa falar. É essa a impressão que dá...

O SR. - ...pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputados, deputados...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...se não concordou, fique tranquilo, não houve exaltação nenhuma...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...era só ter feita essa sugestão...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...se for continuar assim, deputados, nós vamos suspender os trabalhos...

O SR. DAVI ZAIA - PPS - ...era só ter feita essa sugestão... Eu fui o primeiro deputado a falar...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não houve exaltação nenhuma...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...vamos suspender os trabalhos por um minuto...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...sabe (ininteligível) deputado, V. Exa. está exaltado, está perdendo o equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...em votação. (Pausa.) Aprovado. Suspendido os trabalhos. Corte os microfones por gentileza, por favor.

* * *

- A sessão foi suspensa. Retoma a sessão o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Retornando os trabalhos, deputado Teonilio Barba com a palavra ao secretário, por gentileza.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Obrigado, presidente. E obrigado, secretário, pela presença. Vamos deixar claro que nós vamos fazer o requerimento da nova vinda do secretário para cumprir o outro quadrimestre. Nós tentamos aqui achar uma solução pertinente, de maneira razoável, dentro da razoabilidade que todo mundo me conhece e assim que costumo trabalhar.

Primeiro, secretário, agradecer sua presença e fazer uma pergunta, se algum deputado solicitar uma audiência junto a Secretaria da Fazenda o senhor é obrigado a atender ou não? Pode ser você ou seu adjunto. Essa é a pergunta, se você é obrigado a atender ou não.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - O Dr. (ininteligível) já se ausentou. Dr. (ininteligível) o senhor como chefe de gabinete talvez tenha essa informação do ponto de vista de regimento das regras, mas do ponto de vista da prática que eu venho

adotando é de todos os requerimentos e pedidos, óbvio que às vezes eu pergunto o assunto, o tema, mas eu tenho atendido muitos deputados. Já não sei se 100%, não tenho como garantir. Mas eu tenho tido a maior boa vontade com esta Assembleia.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Só para deixar registrado que eu estou solicitando desde o dia 18 de abril uma audiência para discutir um problema que é pertinente e com certeza você é conhecedor do tema, que foi a suspensão da anistia do ICMS. Estava parada a cobrança do ICMS sobre a carne e tem um pessoal, produtor de carne que nos procurou, são os pequenos produtores que queriam discutir isso e desde o dia 18 de abril nós não fomos respondidos até agora. Acho que está na mão do Luiz Claudio, não sei se é na mão do Luiz Cláudio que está, mas com certeza ele...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado, está no regimento interno o seguinte, o secretário durante a sua exposição, respostas, interpelações, bem como a deputada ou deputado, ao enunciar as perguntas, não poderá desviar-se do objeto da convocação e nem sofrerá... Vossa Excelência está fugindo do assunto que o secretário...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...não tem desvio. Desculpa, presidente, não tem desvio. Agora vamos para as perguntas, vamos na prática para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Na sua apresentação de 17, quando você mostra que há uma queda extremamente importante na questão da arrecadação dos quatro setores envolvidos, agronegócio, (ininteligível) administrado, indústria e um outro que não me lembro agora, os serviços. E na questão, por exemplo, da indústria, nota-se uma queda na arrecadação de 95 até agora, de 53% para 32.9%, arrecadação do ICMS da indústria. Por que existe essa queda na arrecadação? É uma visão equivocada da política do PSDB de não discutir bem a indústria no estado de São Paulo? Porque a queda na arrecadação do ICMS da indústria é muito grande. Essa é uma primeira pergunta.

A segunda pergunta eu vou procurar fazer sem pressa...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...deputado, eu só gostaria de comunicar a todos, entrou na ordem do dia, o deputado Cauê Macris acabou e entrar na ordem do dia, então o secretário não poderá...

O SR. -...pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - ...dar continuidade.

O SR. - ...pela ordem. Sr. Presidente. Já que o senhor secretário se dispôs claramente, com boa vontade de vir aqui quantas vezes forem necessárias. Até porque ele responde tudo com transparência. Nunca vi um japonês falar tanto igual ele. Todo o japonês, desde do Yoshiaki Nakano falava pouco. Agora a gente vê um secretário japonês, que é uma raça que sem dúvida nenhuma admiro muito pela inteligência, por tudo aquilo que fizeram pelo nosso estado, pelo nosso país, e que o secretário pode fazer aqui, pedir para ele voltar semana que vem. A gente tem perguntas importantes para fazer. Combina com V. Exa., presidente da Comissão, faz. E eu também queria saber que dia eu devo entregar o relatório da LDO.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Exatamente, deputado. Quero fazer uma sugestão ao senhor e a todos os deputados, se nós poderíamos marcar daqui 15 dias. Semana que vem nós poderíamos fazer...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...15 dias não tem mais.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Última semana se voltar LDO, tecnicamente falando se entrar a LDO.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - 15 dias não é razoável.

O SR. - É o que deveríamos fazer, votar a LDO e ir embora, excelência.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O secretário se colocou à disposição que não há problema para o secretário vir na próxima semana. Então fazemos o convite formalmente já para que o secretário possa vir e a gente...

O SR. TEONILIO BARBA - PT - ...essa era minha sugestão, é que V. Exa. não deixou o secretário falar na hora.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Fique à vontade, deputado, V. Exa. quer falar mais? Pode falar. Já falou? Obrigado.

O SR. - Vamos levantar a sessão, é isso?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então a sessão está levantada. Nós vamos ouvir o secretário semana que vem. Secretário, obrigado pela...

O SR. - ...só para saber, presidente, é na própria quarta-feira, secretário? Tem a liberdade, pode falar que é na quarta ou não quinta, não tem problema.

O SR. HÉLCIO TOKESHI - Felizmente o que eu tenho é remanejável. Só preciso de ver como eu faço esses remanejamentos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - A gente passa para todos os deputados e avisamos informalmente.

O SR. - A gente vê que o secretário respeita a Assembleia Legislativa, porque a agenda do secretário da Fazenda que pode ser remanejado para poder vir aqui, ele demonstra um respeito importante para a nossa Casa. Nós temos que agradecer-lo. Queria saber, presidente, que dia V. Exas. desejam que eu entregue o relatório da LDO?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Semana que vem, deputado, se já estiver pronto. Pode ser semana que vem para V. Exa. apresentar. Marcaremos a próxima reunião junto com a pauta e V. Exa. apresenta o relatório da LDO.

O SR. - Sr. Presidente, só colocaria publicamente que o deputado Edmir apresentasse o relatório após a vinda do secretário.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Aí vai entrar em recesso, deputado.

O SR. - Pode ser no mesmo dia.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Não entra, porque aí não tem recesso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Aliás, não entra em recesso, claro, desculpa, perdão, não entra em recesso, estão certos, desculpa. Não entra em recesso. Mas nós vamos deixar para a próxima semana...

O SR. - ...eu apresento a qualquer momento, excelência.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então nós apresentamos na semana...

O SR. - ...amanhã, sexta, segunda, o dia que V. Exa. achar importante.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Ou então marcamos uma reunião extraordinária para marcar a LDO, colocar a pauta em dia e deixamos na quarta-feira... Marcamos terça e quarta, se os senhores permitirem. E na quarta a gente deixa para ouvir o secretário. Terça nós colocamos a LDO e a pauta e na quarta a gente coloca para ouvir o secretário. Se houver acordo de todos os deputados, a gente faz uma extra.

O SR. - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - A LDO é uma pauta única, então colocamos como pauta única na terça-feira a LDO e na quarta... A gente só combina isso entre terça e quarta a ouvir o secretário diante da disponibilidade da agenda dele. Mas entre terça e quarta ouvir o secretário e terça e quarta a LDO. Estão encerrados os trabalhos. Obrigado.

* * *